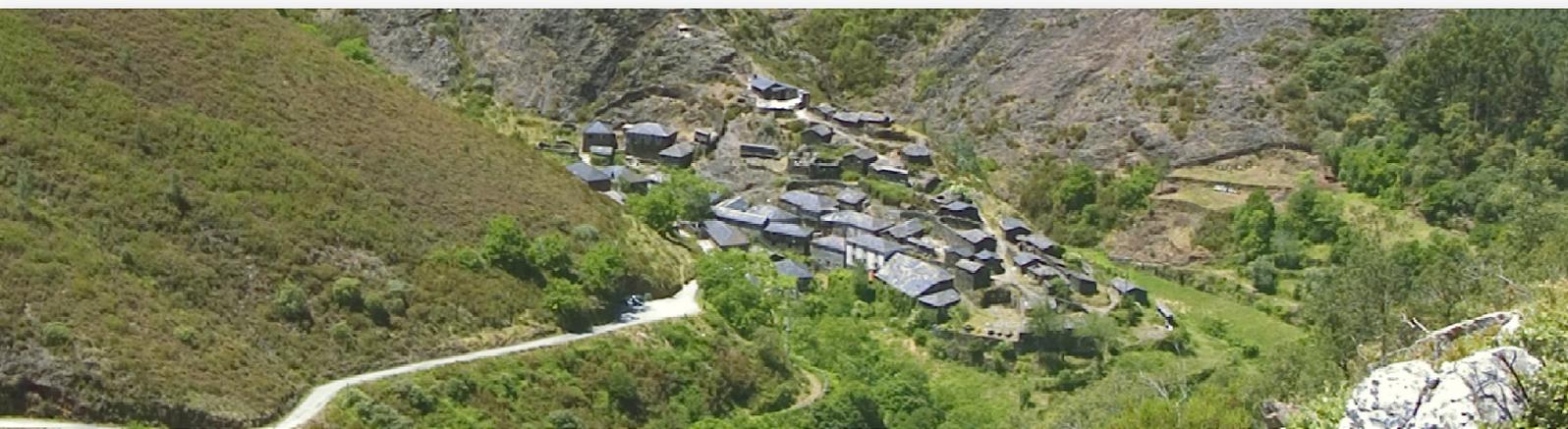


RELATÓRIO DE GESTÃO

2014



Município de S. Pedro do Sul

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Organização Municipal.....	1
1.3. Breve Contextualização Económica	4
1.4. Síntese da Atividade Municipal	7
2. POLÍTICA ORÇAMENTAL	13
2.1. Modificações aos Documentos Previsionais.....	13
2.2. Execução Orçamental da Receita	14
2.3. Execução Orçamental da Despesa	23
2.4. Execução das Grandes Opções do Plano	35
2.5. Indicadores Orçamentais.....	43
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	45
3.1. Análise do Balanço.....	45
3.2. Análise da Demonstração de Resultados.....	50
3.3. Indicadores Económico-Financeiros	55
3.4. Dívida Municipal.....	56
3.5. Limites ao Endividamento	60
3.6. Análise dos Custos por Função.....	63
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	66
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	67
6. ANEXOS	68
6.1 Execução do Programa de Apoio à Economia Local	68

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014, em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

No presente documento são relatados e justificados os resultados da política orçamental, é avaliada a situação financeira e patrimonial da autarquia e são mencionadas outras informações relevantes para a análise e interpretação dos dados que constam nas principais demonstrações financeiras, nos seus anexos e nos restantes mapas que integram os documentos de prestação de contas do município.

1.2. Organização Municipal

O Município de S. Pedro do Sul é representado por dois órgãos de matriz política, o órgão executivo e o órgão deliberativo, e ainda pela estrutura dos serviços municipais, que compreende o conjunto de unidades de cariz administrativo, técnico e operacional, responsável pela execução das atividades municipais de acordo com as suas atribuições e competências.

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é constituída por 35 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente como deputados municipais e 14 desempenham as funções por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.

No presente mandato, os membros do órgão deliberativo têm a seguinte distribuição por forças partidárias:

PS: 19

PSD: 15

Grupo de Cidadãos “Freguesia Valadares Sempre”: 1

Presidente: Vítor Manuel Coelho Barros

Câmara Municipal

O órgão executivo é composto por 7 membros, o Presidente e 6 Vereadores, a quem está incumbida a responsabilidade pela definição e execução das políticas e estratégias municipais, no âmbito das competências que lhes estão legalmente atribuídas.

Presidente: Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

Vereadores:

Adriano de Lima Gouveia Azevedo

Francisco José de Matos

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Urbanismo e Obras Particulares, Trânsito e Toponímia, Ordenamento do Território e Urbanismo, Ambiente e Salubridade, Mercados e Feiras, Gestão de Stocks, Defesa do Consumidor, Taxas e Licenças, PDM, Informática e Modernização Administrativa.

Alda Catarina Sequeira Rodrigues

Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Ação Social, Juventude e Tempos Livres, Saúde, Tecnologia e Inovação, Biblioteca e Museus.

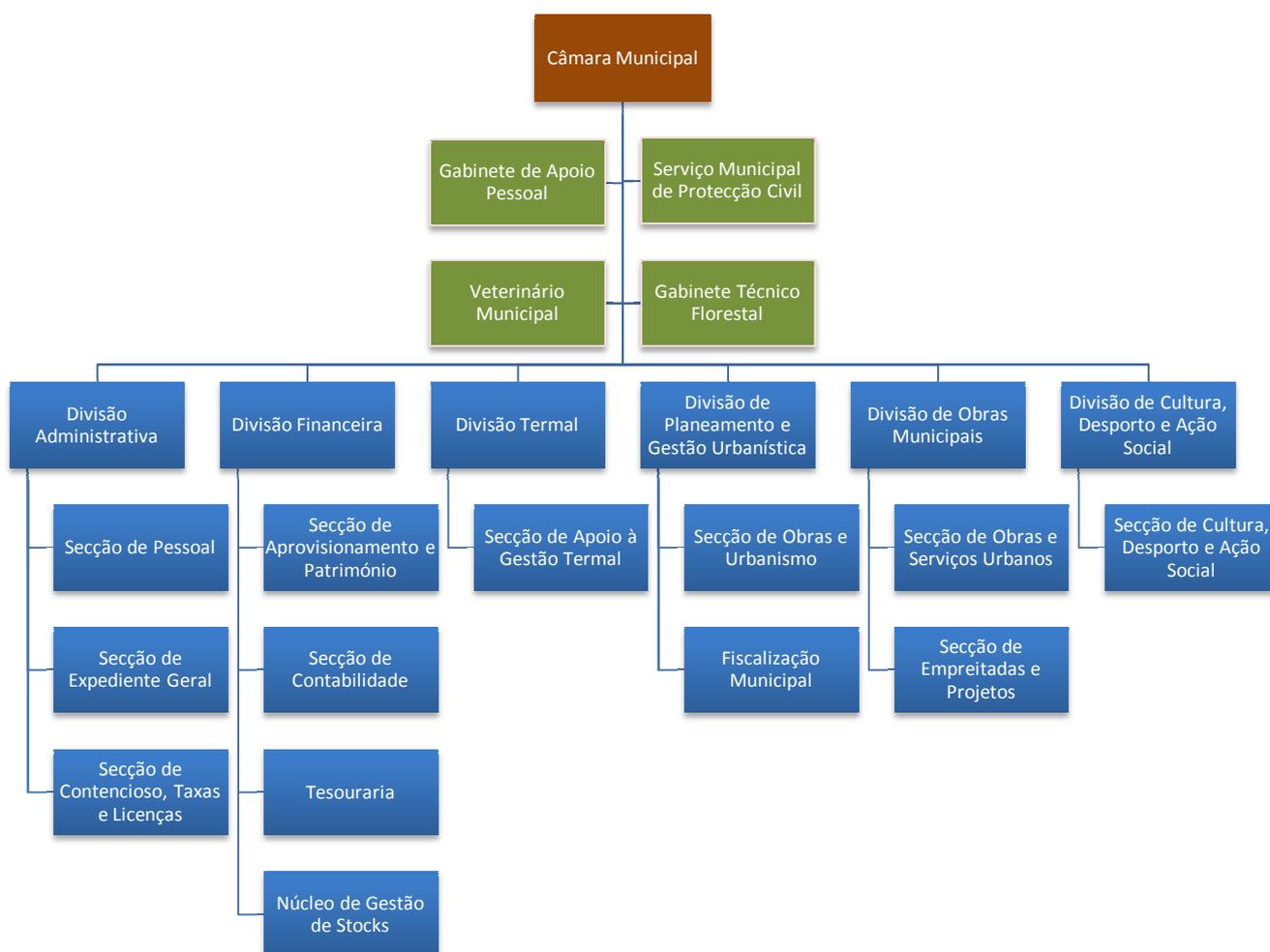
Rogério Fernandes Duarte

Pedro Miguel Mouro Lourenço (Vice-Presidente)

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Finanças e Gestão da Tesouraria, Reorganização Administrativa e Gestão Autárquica, Desenvolvimento Económico e Empresarial, Desporto, Termalismo, Recursos Humanos, Turismo e Promoção Concelhia, Cooperação Externa, Florestas e Desenvolvimento Rural, ADDLAP, Adrimag, Aprovisionamento, Inventariação, Património e Cemitérios.

Estrutura dos Serviços

A estrutura dos serviços está organizada hierarquicamente e é composta por 6 unidades orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais, 14 subunidades orgânicas e 4 serviços específicos diretamente dependentes do Presidente da Câmara Municipal, organizados de acordo com o seguinte organograma:



1.3. Breve Contextualização Económica

Em termos internacionais, o ano de 2014 caracterizou-se pela incerteza que marca a retoma da economia mundial, constatando-se que a crise está a ser ultrapassada a vários ritmos, com menores dificuldades para algumas economias mais avançadas, e com maiores constrangimentos para as economias mais frágeis ou emergentes. De acordo com várias projeções efetuadas, a evolução da economia mundial deverá ter decorrido a um ritmo inferior ao esperado na parte inicial do ano, com o PIB a crescer cerca de 3,3%.

Relativamente à zona euro, estima-se que o crescimento tenha rondado os 0,8%, apesar do ritmo estar muito dependente dos principais motores da atividade económica, designadamente, a Alemanha, a França e a Itália, cujo ritmo terá sido inferior ao esperado até ao final do 1.º semestre do ano, influenciando, ainda que de diferentes formas e com impactos díspares, a generalidade das restantes economias europeias. O crescimento do grupo do euro esteve também muito dependente da ultrapassagem de obstáculos associados aos desequilíbrios acumulados, não só no período de crise, mas também nos períodos antecedentes, e que contribuíram para a dimensão desses desequilíbrios.

Para além destes fatores, marcaram e podem continuar a influenciar o desempenho das economias da zona euro, com especial enfoque para as economias que estiveram sob programas de assistência financeira, como é o caso português, os riscos relativos à deflação e às taxas de juro baixas, que poderão, por um lado, enfraquecer a procura, e por outro, trazer perturbações para os mercados, face à possível subvalorização do risco associado a investidores mais dinâmicos. A estes riscos devem associar-se as incertezas relativamente ao mercado energético, cujos efeitos podem ter sido, numa fase inicial positivos, mas poderão tornar-se um problema.

No plano nacional, em 2014 a economia portuguesa prosseguiu com as medidas de ajustamento que permitiram a obtenção de progressos substanciais na correção dos desequilíbrios macroeconómicos. Apesar de não estar ainda concluído, e continuar a exigir medidas de impacto significativo, este processo teve já como consequências alguns sinais positivos, quer no nível de atividade económica, quer na situação das entidades públicas, privadas e nas famílias. Porém, face aos riscos internos e externos que ainda limitam o impacto de todas as medidas incluídas no processo de ajustamento e o respetivo

desempenho, foi necessário, no ano que terminou, manter a profundidade do processo de consolidação orçamental por forma cumprir os compromissos estabelecidos a nível internacional.

Este processo de reformas tem sido especialmente importante não só para a redução do endividamento e o cumprimento das metas estabelecidas com os parceiros internacionais, como também na criação de bases sólidas que promovam a aposta na renovação e reforço dos fatores de produção e no investimento em capital necessário que potencie o crescimento e a produtividade, aumentando, como consequência, os níveis de bem-estar económico no país.

Assim, de acordo com dados já conhecidos, apesar do clima económico se ter deteriorado no final do ano, invertendo a tendência registada desde 2012, a trajetória de recuperação da economia foi mantida, traduzindo-se numa taxa de variação média (crescimento) de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), depois de ter diminuído cerca de 1,4% no ano de 2013. Este comportamento foi determinado, sobretudo, pela procura interna, que registou um aumento de 0,2%, em termos reais, associado a uma recuperação do consumo privado e do investimento. Em sentido contrário e com um impacto negativo na variação do PIB, a procura externa refletiu o crescimento mais intenso das importações do que o verificado do lado das exportações.

O mercado de trabalho, em termos anuais, demonstrou um comportamento positivo com algumas variações relevantes. Em termos de média anual, a taxa de desemprego fixou-se em 13,9% no final de 2014, o que representa uma diminuição de 2,3 pontos percentuais em relação a 2013. A taxa de desemprego no final do 4º trimestre do ano evidenciou uma ligeira inflexão, situando-se em 13,5%, superior ao trimestre anterior em cerca de 0,4 p.p. Apesar desta variação na parte final do ano, denotou-se, ao longo do ano em questão, uma recuperação do emprego, iniciada no quarto trimestre de 2013, que veio interromper um longo período de recuos sucessivos. Apesar desta evolução favorável, a população desempregada continua muito elevada, com especial incidência e preocupação no emprego jovem qualificado, que continua a mostrar sinais preocupantes.

Tal como já referido relativamente aos países da zona euro, em Portugal a inflação tem mantido o ritmo de desaceleramento evidenciado desde 2012, num contexto de

diminuição da generalidade dos preços incluindo das importações, com exceção dos bens energéticos. Assim, o ano que terminou assistiu a uma taxa de inflação média de -0,3%, ou seja, em situação de deflação, motivada pelo comportamento dos preços dos bens alimentares não transformados e dos produtos energéticos. O crescimento média anual dos preços foi, contudo, mais elevado nos serviços, na ordem dos 0,8%, porém, a crescimento dos bens apresentou uma variação negativa mais evidente, influenciando determinantemente o valor final obtido, que introduz um fator de incerteza e risco às previsões de desempenho económica, face ao seu impacto no consumo e na produção.

Importa, ainda, salientar que se estima que o ano tenha terminado com um défice de 3,7% do PIB, excluindo operações extraordinárias, (4,7% incluindo estas operações). Assim, de acordo com os dados divulgados recentemente¹, o défice das contas públicas no ano passado, em contabilidade pública, terá rondado os 7.074 milhões de euros, traduzindo uma redução de 1.761,5 milhões de euros face ao défice de 2013. Este valor resulta, em larga medida, de um desempenho bastante satisfatório da receita fiscal a par de uma diminuição da despesa efetiva. Saliente-se, no âmbito dos resultados obtidos, o contributo do subsetor da administração local, que passou de um défice de 62,6 milhões de euros em 2013, para um excedente de 392,8 milhões de euros.

Para os próximos anos, as projeções económicas² apontam para a manutenção da recuperação gradual da economia portuguesa, ligeiramente acima do crescimento esperado na área euro. Esta dinâmica de crescimento deverá continuar a ser assegurada pelo desempenho das exportações e pela recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção dos excedentes na balança corrente e de capital, devendo manter-se a afetação de recursos aos sectores transacionáveis e mais produtivos. Apesar destes sinais positivos, o potencial de crescimento da economia é moderado, já que continua dependente da desalavancagem dos setores público e privado, dos níveis de produtividade e do dinamismo dos principais parceiros comerciais, com destaque para o conjunto de países da área euro, que irão continuar a condicionar o desempenho futuro.

Em termos internacionais, mantêm-se riscos e incertezas relacionados com a recuperação lenta da atividade económica, com impacto evidente na evolução da economia portuguesa.

¹ De acordo com os dados da Direção-Geral do Orçamento.

² Publicadas pelo Banco de Portugal.

O risco de evolução muito moderada do nível de comércio internacional pode implicar um menor crescimento da procura externa direcionada para a economia nacional, com efeitos diretos num dos pilares da recuperação económica, o setor das exportações.

Este quadro internacional torna o processo de ajustamento macroeconómico mais exigente. De acordo com vários estudos e projeções publicadas, nos próximos anos, tendo em conta os sinais positivos dados pela correção dos desequilíbrios externos, a redução dos elevados níveis de endividamento externo deverá conduzir a uma situação mais favorável, desde que as reformas estruturais continuem a avançar de uma forma firme e sustentada que permita um aumento da produtividade, do produto e do rendimento dos agentes económicos.

1.4. Síntese da Atividade Municipal

Ao longo do ano de 2014, as estratégias definidas pelo executivo municipal tiveram como objetivo primordial a manutenção do nível de atividade dos serviços, com especial relevância para os serviços de proximidade de áreas consideradas prioritárias, procurando garantir o acesso da população aos meios necessários e aos serviços públicos adequados. Tal como se afere no enquadramento efetuado no ponto anterior, em termos económicos, a situação nacional mantém-se condicionada pela incerteza que tem marcado o ambiente de crise. As dúvidas sobre a capacidade de recuperação da economia portuguesa, assim como as fragilidades de todos os agentes económicos, tem condicionado substancialmente o desenvolvimento das políticas públicas, quer de investimentos municipais, quer de outra natureza, necessárias ao funcionamento pleno dos equipamentos coletivos e a prestação de serviços públicos com o nível de qualidade compatível com o grau de exigência das populações.

Este ambiente restritivo tem, como se sabe, um impacto agressivo nas fontes de financiamento da atividade dos municípios, não só na perspetiva dos recursos afetos por via da participação nos impostos do Estado, mas também por via da obtenção de recursos próprios, cuja dinâmica assenta essencialmente na atividade dos agentes económicos locais, atividade esta que se tem retraído consideravelmente. Apesar desta conjuntura, a gestão municipal tentou manter a visão integrada de futuro do concelho, que

tem servido de guia na tomada de decisões e na definição das opções do último ano. Foram estabelecidos limites à realização de novas despesas e foi dada preferência àquelas que têm receitas associadas ou consignadas, privilegiando a assunção de responsabilidades quando os recursos externos estão devidamente assegurados. Com uma criteriosa racionalização de encargos, foi possível melhorar o equilíbrio financeiro e, mesmo assim, realizar um programa de investimentos que garantiu os meios essenciais para proporcionar aos munícipes as condições necessárias para uma melhoria da sua qualidade de vida.

No conjunto dos projetos desenvolvidos no ano em análise, e de acordo com o referido anteriormente, destacam-se claramente os que tiveram uma fonte de financiamento associada, nomeadamente, no âmbito do QREN. Os projetos que concentraram maiores recursos financeiros foram, na sua maioria, iniciados em anos anteriores, mas uma parte significativa da sua execução ainda se prolongou ao longo do exercício em análise, coincidindo com a fase final do referido quadro comunitário de apoio.

Destes investimentos, destacam-se os relativos à área da educação, relacionados com a melhoria das infraestruturas de ensino, designadamente, o projeto de construção Centro Escolar de S. Pedro do Sul, que, apesar de ter sido apoiado por fundos comunitários e por financiamento bancário, exigiu um esforço no sentido de reunir a parte de recursos próprios necessários e de garantir o cumprimento dos prazos definidos, de forma a que ficasse operacional no início do presente ano letivo. Este projeto foi determinante para a estratégia de reordenamento escolar levada a cabo, muito por exigência dos organismos da administração central que tutelam esta área e que determinaram o encerramento de algumas escolas, mas foi igualmente fulcral para a melhoria das condições de ensino, uma vez que algumas das instalações escolares que foram desativadas não tinham equipamentos com qualidade comparável com a existente no novo centro escolar.

Ainda na área da educação, para além do investimento agora referido, deu-se continuidade aos pequenos trabalhos de remodelação/manutenção das infraestruturas existentes, quer no ensino básico, quer no ensino pré-escolar, que se revestem de acrescida importância para a qualidade das atividades letivas no concelho. Para além destes investimentos, foram igualmente mantidos, em coordenação com os respetivos agrupamentos escolares, programas complementares às atividades letivas oficiais, através

da aposta nas atividades extracurriculares, nos prolongamentos de horário e em outras atividades complementares pontuais, sempre que foram identificadas necessidades ou justificadas pelos resultados obtidos.

Neste ano foi também concluído um projeto de extrema relevância para a modernização e dinamização da zona central da cidade de S. Pedro do Sul, a Requalificação Urbana do Centro Histórico, que incidiu sobre a reabilitação de alguns espaços públicos da cidade, privilegiando a circulação de pessoas e o reordenamento da circulação automóvel, e incluindo também a substituição das redes públicas de água e saneamento, iluminação pública, entre outras infraestruturas. Estas obras trouxeram benefícios reconhecidos para os setores do comércio e serviços localizados nas áreas intervencionadas, bem como, para os moradores e para os que visitam a nossa cidade.

Ainda no âmbito da requalificação urbana da cidade de S. Pedro do Sul, no ano de 2014 foi iniciada a execução de um projeto que terá um impacto bastante positivo no ordenamento do trânsito numa zona da cidade onde se têm verificado vários constrangimentos a este nível. Este projeto, designado de Ligação da Av. Sá Carneiro à EN 227, compreende a ligação de uma via de comunicação com elevado fluxo rodoviário a uma das avenidas de maior movimento da cidade, resolvendo os problemas relacionados com a limitação de trânsito nesta zona. Para além das obras relacionadas com a abertura da ligação e pavimentação, este projeto engloba ainda a construção de infraestruturas de água e saneamento, iluminação pública e compreende um conjunto de áreas destinadas a estacionamento automóvel, que vem colmatar uma necessidade numa área onde se concentra uma parte do comércio local e vários serviços públicos. Para este efeito, o executivo municipal teve que negociar a aquisição de vários terrenos e garantir o financiamento comunitário das despesas associadas a estas ações, permitindo que a sua execução não pusesse nem causa o equilíbrio financeiro que se procura alcançar.

Na rede viária municipal, depois de consolidados os acessos à zona mais urbana da cidade, através das variantes e acessos complementares construídos nos anos anteriores, e estando em fase de otimização a circulação na zona central, na sequência da reorganização efetuada no âmbito do projeto de requalificação urbana, a aposta centrou-se na manutenção de estradas e caminhos municipais. Esta intervenção incidiu em vias que, pela sua antiguidade ou utilização mais intensiva, necessitaram de obras de menor

volume que visaram o reforço das condições de segurança e de mobilidade. Nesta fase, o recurso à administração direta municipal foi essencial para a execução de diversas ações distribuídas pelas várias freguesias, com a preocupação de que a rede municipal sirva a população, através de infraestruturas adequadas, com especial preocupação para quem reside em localidades mais distantes dos eixos viários principais. Para além desta atividade, neste ano foi iniciado o planeamento de alguns trabalhos relevantes na requalificação da rede viária, cuja execução está prevista e, nalguns casos, foi já iniciada no ano de 2015, dos quais se podem destacar a requalificação da estrada de Negrelos, o novo arruamento junto ao Centro de Saúde, a ligação de Sendas a Pindelo dos Milagres, a conclusão da estrada da Landeira, entre outras.

Nas áreas da cultura e desporto, a aposta centrou-se, como já habitual, na execução de projetos em colaboração regular com associações, clubes, instituições de âmbito social e outras organizações cívicas, e na cooperação pontual em projetos pessoais ou coletivos que promovem estas áreas e que, no fundo, pretendem executar os planos delineados para cumprimento das atribuições e competências municipais, sempre que é reconhecido o especial interesse público e concelhio. No âmbito desta atividade foram organizadas diversas manifestações culturais, com destaque para as comemorações do centenário da linha do Vouga, as diversas feiras temáticas e as iniciativas que compõem a programação do cine-teatro, assim como atividades desportivas traduzidas nas diversas provas regulares ou pontuais nas diversas modalidades. Para todos estes projetos, o município tem garantido, aos agentes locais, a operacionalidade dos equipamentos que utilizam em condições especiais, como são os complexos desportivos, o estádio municipal, o cine-teatro, entre outros, que têm exigido algum esforço para que funcionem regularmente e de acordo com as suas necessidades.

Nas restantes áreas de atuação municipal foram desenvolvidos esforços para manter ativos os diversos projetos existentes, apesar dos objetivos de contenção financeira prosseguidos. Na área social, manteve-se a preocupação da gestão municipal no apoio às famílias carenciadas e às suas habitações, bem como, aos alunos com dificuldades económicas para que pudessem frequentar, com as condições necessárias, o sistema de ensino nos níveis da responsabilidade da autarquia. Houve ainda empenho dos serviços para que os programas de apoio à natalidade e aos estratos mais idosos tivessem resultados satisfatórios, em linha com os objetivos traçados.

Nas áreas de abastecimento de água e saneamento mantiveram-se também as medidas necessárias para a manutenção das redes existentes e, sempre que possível, para a execução de obras de ampliação, em zonas de cobertura inexistente. Na execução destes projetos a administração direta municipal teve um peso acrescido, já que se apostou nas equipas municipais para a realização de muitos dos trabalhos previstos. Para além destas áreas, os serviços municipais mantiveram a atenção na manutenção dos espaços verdes e jardins, proporcionando zonas lúdicas e de lazer aos residentes e visitantes, organizando, sempre que possível, atividades complementares em vários destes espaços públicos.

Para além de todas estas áreas de atuação, o termalismo, face à sua importância, continua a merecer um acompanhamento muito próximo. Sendo esta área, associada a outras vertentes do turismo, o principal motor de desenvolvimento concelhio, com resultados diretos e indiretos muito relevantes na economia da região, o município tem procurado garantir que as infraestruturas públicas se mantêm a um nível elevado e a oferta de serviços termais está adequada às exigências de um público cada vez mais criterioso. A gestão da estância termal, a cargo da empresa municipal Termalitur, tem sido acompanhada permanentemente, com o objetivo de garantir o profissionalismo e o rigor compatíveis com os padrões de qualidade exigidos, com efeitos evidentes. No ano de 2014, os resultados da empresa local foram surpreendentemente positivos, depois de um período de dificuldades e de uma conjuntura económica e sectorial bastante adversa. Para esta posição contribuiu a aposta da gestão na qualidade dos recursos humanos, na modernização dos serviços, na melhoria dos equipamentos e das técnicas utilizadas, tendo também como principal missão o aumento da frequência termal.

Funcionando como suporte às atividades das áreas mais operacionais, a estrutura administrativa também tem sofrido algumas alterações, ainda que a um ritmo mais progressivo. Foi dada continuidade ao processo de modernização administrativa dos serviços, com vista a um incremento da sua eficiência em benefício dos munícipes, com resultados já reconhecidos. Para o sucesso deste projeto contribuiu o empenho generalizado dos trabalhadores do município, que, com aproveitamento de incentivos comunitários, desenvolveram um conjunto de ações baseadas na mudança dos paradigmas de trabalho e que têm como objetivos a desmaterialização e otimização de vários processos administrativos, o incremento da disponibilização de serviços on-line,

entre outros, para que o município seja capaz de responder às necessidades de forma mais rápida e eficiente.

Ao nível financeiro, a política do executivo municipal teve como foco o equilíbrio orçamental e de tesouraria, procurando cumprir os critérios definidos na legislação existente, designadamente, na lei dos compromissos, bem como, no novo regime financeiro das autarquias locais, que entrou em vigor no início de 2014. Para este propósito, tem-se revelado fundamental a redução e controlo da dívida municipal e dos níveis de endividamento, quer do município isoladamente, quer do grupo de entidades participadas, cuja situação releva para a avaliação do equilíbrio municipal, conforme se analisa nos pontos seguintes.

Toda a atividade agora descrita resulta de uma preocupação constante em adequar as políticas e a atuação municipal às vontades e necessidades identificadas pelos munícipes, à luz das atribuições e competências desta autarquia, tendo sempre presente que, em conjuntura de crise, as dificuldades são muitas e os recursos são mais escassos, cabendo às entidades públicas, em especial às locais, trabalhar para que os recursos de todos tenham o maior retorno possível na sua qualidade de vida.

2. POLÍTICA ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais de 2014 foram elaborados com base nos princípios e regras definidos no POCAL e demais legislação aplicável, tendo em consideração os pressupostos económicos conjunturais conhecidos à data. Atendendo ao ambiente de restrição e ajustamento económico que caracterizou o exercício económico, as linhas programáticas definidas para a execução das políticas municipais foram limitadas pela otimização de recursos financeiros, com o objetivo de melhorar os índices de execução, adequando as diversas dotações às necessidades e disponibilidades estimadas do município e adotando uma atitude prudente que permitisse o cumprimento de critérios financeiros estabelecidos.

Apresenta-se, neste capítulo, a análise às principais componentes da execução orçamental da receita e da despesa, procurando identificar os seus resultados, justificar os desvio e analisar a sua evolução recente. Inclui-se também uma análise à execução da despesa que integra o mapa das Grandes Opções do Plano, assim como, um conjunto de indicadores adequados à natureza dos dados analisados.

2.1. Modificações aos Documentos Previsionais

A elaboração dos documentos previsionais tem sempre por objetivo a aproximação dos seus agregados às necessidades do desempenho efetivo da atividade municipal. Contudo, tratando-se de previsões e tendo em conta que o âmbito da intervenção municipal é bastante alargado e sujeito, por isso, a diversas alterações, surge permanentemente a necessidade de englobar despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o que obriga a reajustamentos das diversas rubricas, quer da despesa, quer da receita, traduzidos em modificações orçamentais sob a forma de alterações ou revisões, dependendo da profundidade e da forma como as mesmas são efetuadas.

Em 2014 foram efetuadas 20 alterações orçamentais e 14 alterações às Grandes Opções do Plano, que consistiram, na sua essência, em transferências de verbas de rubricas dotadas em excesso para rubricas que se revelaram, ao longo do exercício, insuficientemente dotadas. Realizou-se, ainda, uma revisão orçamental que se traduziu na

eliminação de projetos não executados e na transferência de diversas dotações entre projetos e ações, visando a melhoria da execução orçamental.

Quadro 1 - Modificações Orçamentais

Designação	Dotações Iniciais	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas
Receita	21.967.438,00 €	1.906.512,00 €	3.425.065,00 €	20.448.885,00 €
Despesa	21.967.438,00 €	1.804.920,28 €	3.323.473,28 €	20.448.885,00 €
GOP	6.497.675,00 €	337.193,00 €	1.879.905,00 €	4.954.963,00 €

As modificações orçamentais efetuadas implicaram uma diminuição do valor total do Orçamento, que passou de um valor inicial de 21,967 milhões de euros, para um valor final corrigido de 20,449 milhões de euros, como resultado de um montante total de anulações significativamente superior ao valor de reforços efetuados. Também o valor total das dotações constantes no mapa das Grandes Opções do Plano foi reduzido na sequência das modificações efetuadas, passando de um montante inicial de 6,498 milhões de euros, para um montante final na ordem dos 4,955 milhões de euros.

2.2. Execução Orçamental da Receita

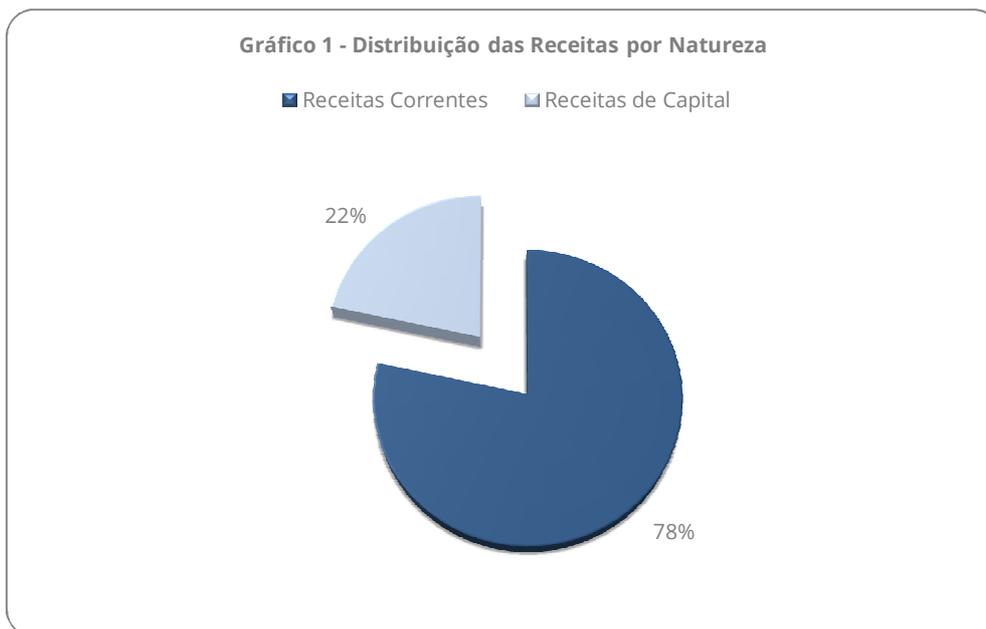
Em termos globais, as receitas do exercício de 2014 totalizaram 16,617 milhões de euros, valor este resultante da cobrança de cerca de 13,026 milhões de euros de receitas correntes e 3,589 milhões de euros de receitas de capital. Tal como se tem verificado em exercícios anteriores, as rubricas consideradas como outras receitas pelo classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 não registaram valores significativos, uma vez que são compostas por receitas de carácter residual e que apenas assumem alguma expressão, nos exercícios em que o saldo da gerência anterior é incorporado como receita orçamental.

Quadro 2 - Execução das Receitas por Natureza

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Receitas Correntes	13.906.147,00 €	13.025.650,40 €	93,67%
Receitas de Capital	6.540.937,00 €	3.589.459,64 €	54,88%
Outras Receitas	1.801,00 €	1.800,50 €	99,97%
Total	20.448.885,00 €	16.616.910,54 €	81,26%

Deve sublinhar-se que a taxa de execução das receitas atingiu os 81%, sendo significativamente superior às taxas verificadas em anos transatos. Apesar deste resultado, as taxas de execução por natureza das receitas apresentaram valores bastantes díspares. A execução das receitas correntes rondou os 94%, significando que o montante arrecadado quase igualou o montante previsto (corrigido), enquanto que, nas receitas de capital, este rácio ficou-se pelos 55%. Estas diferenças resultam, tal como se referiu anteriormente, das próprias características associadas, já que as receitas correntes têm normalmente um carácter mais permanente e a sua previsão resulta do histórico de cobranças em períodos recentes, sendo as suas previsões bastante próximas das cobranças efetivas. Já as receitas de capital englobam valores que dependem muito mais das condições dos mercados e dos agentes económicos, nomeadamente, os provenientes da venda de bens de capital, de transferências de terceiros e de financiamento externo para investimentos municipais associados a projetos de montantes avultados e de complexa previsão, com tendência a apresentar desvios muito mais relevantes e dependentes de fatores externos.

A distribuição dos valores absolutos da receita por natureza económica também apresenta um desequilíbrio já habitual, uma vez que as receitas correntes representaram 78% do total dos valores arrecadados, enquanto que as receitas de capital representaram 22% das receitas totais. Em relação aos exercícios anteriores, verificou-se, em 2014, uma alteração no peso das receitas das diferentes naturezas, cujos motivos estão relacionados essencialmente com o reforço das receitas consideradas correntes, associado a uma diminuição significativa das receitas de capital, conforme se pode confirmar pela análise mais detalhada efetuada nos pontos seguintes.



Pela análise da evolução das receitas totais nos últimos cinco exercícios, pode concluir-se que o montante registado em 2014 apresentou um decréscimo em relação aos valores do ano anterior, ficando, contudo, acima da média dos valores arrecadados nos últimos anos e próximo dos montantes registados em 2010. Estes montantes vão oscilando significativamente ao longo dos exercícios em função da atividade municipal, na proporção, sobretudo, das variações das receitas de capital, pelos motivos referidos.



Receitas Correntes

A composição das receitas correntes, no exercício de 2014, manteve-se semelhante à verificada nos anos anteriores, evidenciando-se as rubricas englobadas no capítulo de *transferências correntes*, com um peso determinante no seu valor total. Neste exercício, a receita cobrada destas rubricas totalizou 7,324 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 56% do total de receitas desta natureza. A par do seu elevado peso global, tem-se constatado que a taxa de execução deste capítulo se aproxima, normalmente, dos 100%, tendo até, no ano em análise, ultrapassado aquele valor, o que significa que os valores arrecadados foram superiores aos valores previstos. A taxa de execução nos termos registados é facilmente explicada pela composição do capítulo, já que integra uma parte substancial das receitas provenientes do Orçamento de Estado, mais precisamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, que são conhecidas antecipadamente e, por isso, justificam, quer o peso na estrutura, quer a sua natural previsibilidade.

O capítulo de *rendimentos da propriedade* registou o segundo valor mais elevado das receitas correntes, atingindo cerca de 2,563 milhões de euros, o que representa um crescimento de mais de 135% em relação aos valores de 2013. Este aumento elevado resulta, em grande parte, da alteração das rubricas que engloba, uma vez que, a partir do início de 2014, passaram a estar incluídas neste capítulo as rendas de concessão da rede de energia elétrica, que somam isoladamente mais de 600 mil euros, e estavam anteriormente integradas no capítulo de venda de bens e serviços correntes. Outro fator que influenciou substancialmente a execução do capítulo está relacionado com o crescimento substancial das receitas referentes a contrapartidas financeiras do setor empresarial local, que atingiram um valor muito superior ao registado em 2013. Por estes motivos, a taxa de execução do capítulo, que era habitualmente baixa face à variação verificada nas respetivas rubricas e às dificuldades na obtenção das receitas previstas da empresa municipal, registou um valor mais consentâneo com o dos restantes capítulos, situando-se na ordem dos 79%.

O capítulo relativo a *impostos diretos* manteve a execução próxima do habitual, tendo sido arrecadados cerca de 1,899 milhões de euros referentes aos vários impostos municipais. Este montante voltou a superar o valor das previsões efetuadas, situando-se a taxa de

execução em 104%, na sequência do crescimento dos valores respeitantes principalmente ao IMI, cujo montante ultrapassou em mais de 100 mil euros as previsões, mas também ao IMT. Refira-se, contudo, que as previsões iniciais efetuadas têm ficado aquém dos valores arrecadados, já que, neste tipo de receitas, são aplicáveis regras previsionais definidas no POCAL que impõem a consideração de médias de cobrança dos últimos exercícios.

Dos restantes capítulos, deve destacar-se, ainda, a *venda de bens e serviços correntes*, que registou o montante de 964 mil euros, alcançando uma taxa de execução na ordem dos 78%, o que demonstra uma aproximação em relação aos valores previstos, tendo em conta o que se verificou em anos anteriores. Note-se, ainda, que, conforme já referido anteriormente, a composição deste capítulo das receitas correntes sofreu algumas alterações no início de 2014, já que as rendas relativas à concessão da rede de energia elétrica passaram a estar englobadas em rendimentos da propriedade, provocando uma diminuição dos valores da execução orçamental destas rubricas. Apesar desta alteração, a composição deste capítulo é bastante abrangente e compreende um grande número de rubricas, algumas dependentes, em parte, de acontecimentos que os serviços municipais não podem controlar nem prever, originando alguns desvios em relação aos valores estimados inicialmente.

Os restantes capítulos têm um peso muito inferior ao dos referidos anteriormente e a sua execução ocorreu nos moldes habituais, registando-se oscilações nas respetivas taxas em resultado de variações nos valores arrecadados que, em termos, absolutos, têm pouca expressão.

Quadro 3 - Grau de Execução das Receitas Correntes

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Impostos diretos	1.833.800,00 €	1.898.947,84 €	103,55%
Impostos indiretos	25.802,00 €	16.969,01 €	65,77%
Taxas, multas e outras penalidades	258.778,00 €	226.186,61 €	87,41%
Rendimentos da propriedade	3.257.370,00 €	2.563.315,18 €	78,69%
Transferências correntes	7.255.604,00 €	7.323.892,75 €	100,94%
Venda de bens e serviços correntes	1.238.351,00 €	963.739,88 €	77,82%
Outras receitas correntes	36.442,00 €	32.599,13 €	89,45%
Total	13.906.147,00 €	13.025.650,40 €	93,67%

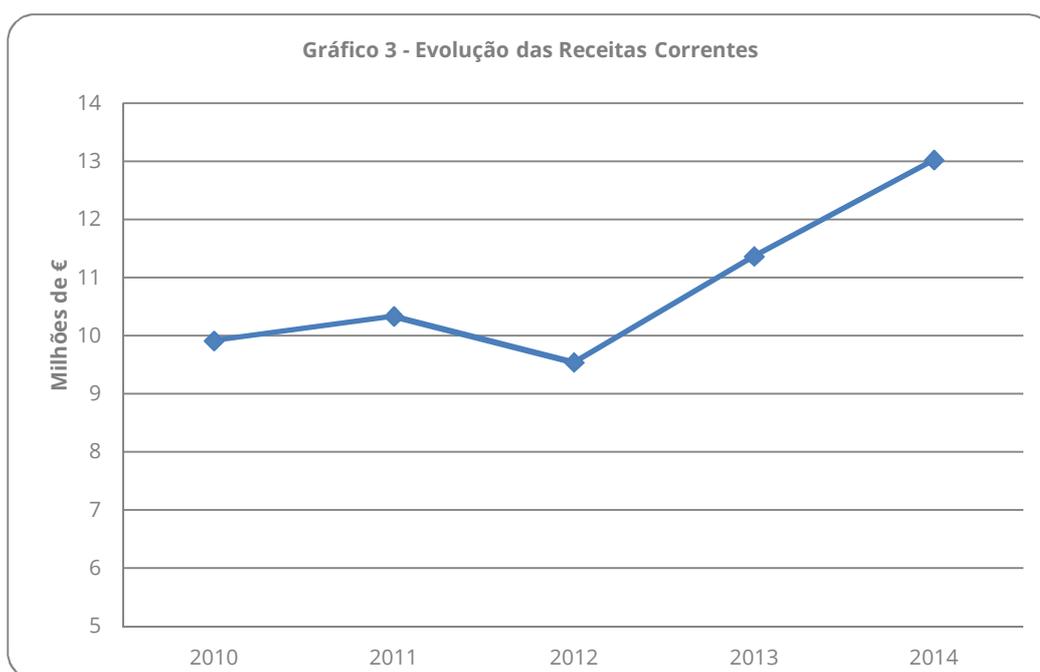
A comparação dos valores das receitas correntes com os alcançados no ano anterior permite concluir que o valor global destas receitas aumentou cerca de 15%, como consequência do desempenho bastante positivo das rubricas de *transferências correntes* e *rendimentos da propriedade*, que, em termos absolutos registaram aumentos muito significativos. As *transferências correntes* registaram uma variação positiva de quase 10%, a que corresponde um acréscimo de perto de 640 mil euros, enquanto que os *rendimentos da propriedade* registaram uma variação de 135%, ou seja, em termos absolutos, cerca de 1,474 milhões de euros. É certo que, conforme já referido, parte desta variação resulta de transferência de receitas entre capítulos, porém, mesmo isolando este efeito, a variação foi superior a 850 mil euros.

Ainda que com menor influência na variação total, as rubricas de *impostos diretos*, *impostos indiretos* e *taxas, multas e outras penalidades* também apresentaram desempenhos positivos em relação aos valores de 2013, apesar do seu menor peso para o total. No conjunto, estes capítulos justificam um aumento de mais de 165 mil euros no total das receitas correntes. Em sentido contrário, os capítulos *venda de bens e serviços correntes* e *outras receitas correntes* registaram variações negativas, apesar de, no caso do primeiro, a variação resultar da alteração das receitas que engloba, já que, isolando este efeito, este capítulo registaria um crescimento nos valores cobrados na ordem dos 20 mil euros.

Quadro 4 - Comparação das Receitas Correntes Cobradas

Designação	2014	2013	Var. 13/14
Impostos diretos	1.898.947,84 €	1.787.349,55 €	6,24%
Impostos indiretos	16.969,01 €	16.177,41 €	4,89%
Taxas, multas e outras penalidades	226.186,61 €	172.677,29 €	30,99%
Rendimentos da propriedade	2.563.315,18 €	1.089.609,98 €	135,25%
Transferências correntes	7.323.892,75 €	6.684.463,19 €	9,57%
Venda de bens e serviços correntes	963.739,88 €	1.565.684,61 €	-38,45%
Outras receitas correntes	32.599,13 €	51.998,25 €	-37,31%
Total	13.025.650,40 €	11.367.960,28 €	14,58%

Da comparação com os valores das receitas correntes cobradas nos últimos 5 anos, pode concluir-se que o valor obtido em 2014 cresceu significativamente face aos anos anteriores, destacando-se dos resultados obtidos no intervalo de variação considerado. Deve porém, ter-se em conta que, parte do aumento registado desde 2013, resulta da alteração da distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado por natureza, traduzido no aumento dos valores correntes em detrimento dos montantes de capital.



Receitas de Capital

As receitas de capital obtidas, na ordem dos 3,589 milhões de euros, estiveram fortemente dependentes da execução das rubricas de *transferências de capital*, que atingiram o valor arrecadado de 2,498 milhões de euros. Este montante representa cerca de 70% do valor total das receitas desta natureza, já que incluem, entre outras de menor importância, uma parte das receitas referentes à transferências provenientes do Orçamento de Estado, bem como as receitas relativas a participações comunitárias para projetos de investimento. A sua taxa de execução situou-se em cerca de 77%, verificando-se um desvio em relação aos valores previstos associado às alterações nos cronogramas de execução de projetos

com participação comunitária, que implicaram a reprogramação de financiamentos associados.

As rubricas englobadas no capítulo de *passivos financeiros* apresentaram o segundo valor mais elevado das receitas de capital, tendo atingido mais de 729 mil euros, que corresponderam a praticamente 100% do valor total previsto para este tipo de rubricas. Este montante corresponde, na quase totalidade, ao recebimento das verbas do empréstimo de curto prazo contratualizado, apesar de incluir também um montante significativamente mais reduzido relativo ao último desembolso do empréstimo contraído para cofinanciamento de parte da contrapartida nacional da empreitada de requalificação urbana do centro histórico de S. Pedro do Sul.

O capítulo *venda de bens de investimento* registou receitas de pouco mais de 362 mil euros, ficando bastante distantes dos valores previstos, que foram calculados com base nos objetivos do executivo municipal que pressupunha a alienação de vários bens de investimento sem utilidade operacional ou interesse público. Este desvio resulta de circunstâncias relacionadas com dificuldades de operacionalização de processos de alienação, associadas à situação conjuntural marcada por cenários de crise generalizada que não permitiriam a venda de bens por valores considerados aceitáveis.

Os restantes capítulos das receitas de capital não apresentaram qualquer execução no ano em análise, conforme vem sendo habitual, uma vez que dizem respeito a *ativos financeiros*, que incluem receitas muito específicas relacionadas com acontecimentos que não se têm registado, e *outras receitas de capital*, que englobam várias rubricas de carácter residual e sem qualquer expressão na estrutura orçamental.

Quadro 5 - Grau de Execução das Receitas de Capital

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Venda de bens de investimento	2.553.781,00 €	362.136,50 €	14,18%
Transferências de capital	3.257.367,00 €	2.497.887,11 €	76,68%
Ativos financeiros	40,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	729.546,00 €	729.436,03 €	99,98%
Outras receitas de capital	203,00 €	0,00 €	0,00%
Total	6.540.937,00 €	3.589.459,64 €	54,88%

Comparando a execução das receitas de capital do exercício em análise com o exercício anterior, constata-se que o seu valor sofreu uma diminuição acentuada, na ordem dos 51%. Para esta variação contribuiu, em larga medida, a diferença das receitas arrecadadas nas rubricas de *passivos financeiros*, uma vez que, em 2013, estas rubricas registaram os valores relativos ao empréstimo associado ao Programa de Apoio à Economia Local, na ordem dos 2,9 milhões de euros. Para além deste, também o capítulo de *transferências de capital* registou um decréscimo significativo em relação ao ano anterior, na ordem dos 27%, como consequência da redução dos valores do Fundo de Equilíbrio Financeiro, devido à alteração da sua distribuição por natureza, e dos valores relativos a participações comunitárias, já que o ano de 2013 concentrou a execução financeira de projetos cofinanciados em curso.

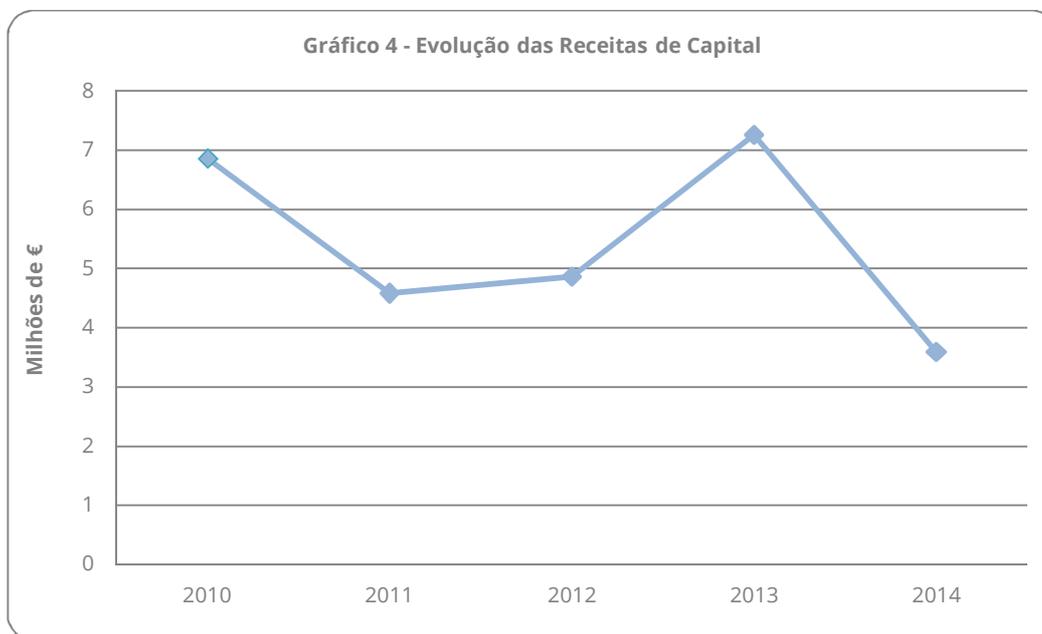
Em sentido contrário, as rubricas de *venda de bens de investimento* registaram um crescimento bastante relevante, de cerca de 341%, como resultado do esforço do executivo municipal para se obtivessem resultados do plano de alienação de bens do município sem utilidade ou interesse para a sua atividade. Este resultado, porém, não foi suficiente para compensar a tendência de redução das receitas desta natureza, imposta pelo desempenho das rubricas referidas anteriormente.

Quadro 6 - Comparação das Receitas de Capital Cobradas

Designação	2014	2013	Var. 13/14
Venda de bens de investimento	362.136,50 €	82.008,50 €	341,58%
Transferências de capital	2.497.887,11 €	3.415.330,19 €	-26,86%
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	729.436,03 €	3.759.480,77 €	-80,60%
Outras receitas de capital	0,00 €	406,13 €	-100,00%
Total	3.589.459,64 €	7.257.225,59 €	-50,54%

Ampliando o intervalo de comparação dos valores das receitas de capital aos últimos 5 exercícios, pode constatar-se uma oscilação significativa dos valores recebidos entre os anos, em consonância com a maior ou menor execução de projetos com financiamento externo, que influenciam consideravelmente o desempenho orçamental destas rubricas.

Para além deste fator, sobressai ainda, nesta análise, o impacto das verbas recebidas no âmbito do PAEL, que tornaram o ano de 2013 no período com melhor execução dos últimos anos.



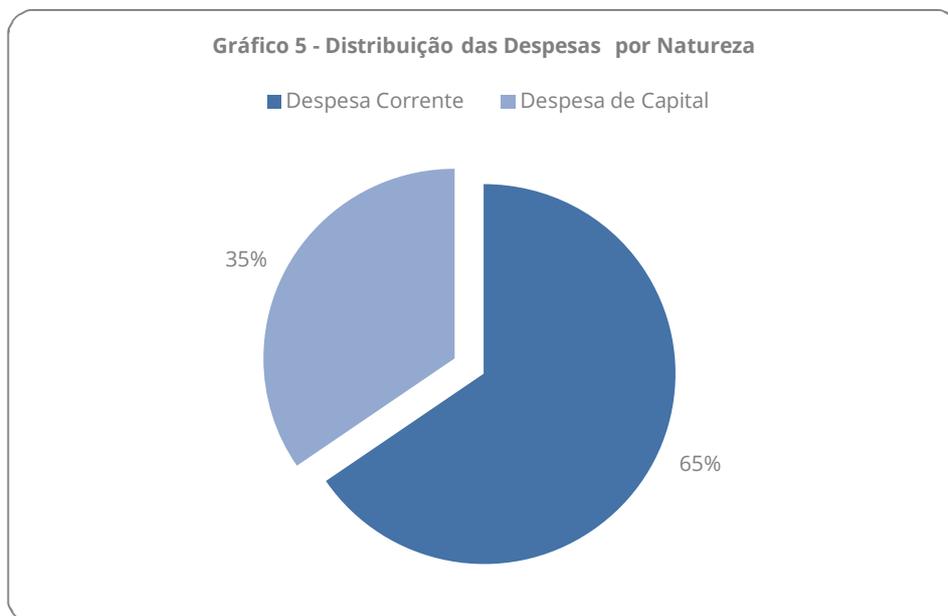
Outras Receitas

Neste capítulo incluem-se as receitas que não se consideram de natureza corrente ou de capital e que, como já foi referido, apresentam, habitualmente, valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. Em 2014, registou-se um montante reduzido referente a *reposições não abatidas nos pagamentos*, uma vez que não foi incorporado, na estrutura do orçamento, o saldo da gerência anterior.

2.3. Execução Orçamental da Despesa

No exercício de 2014, as despesas totais pagas totalizaram 16,537 milhões de euros, das quais cerca de 10,823 milhões de euros corresponderam a despesas correntes, enquanto que cerca de 5,734 milhões de euros se referiram a despesas de capital. Em termos relativos, a distribuição das despesas por natureza manteve a tendência habitual, confirmando o maior peso das despesas correntes no total, na ordem dos 65%, ao passo

que as despesas de capital representaram apenas cerca de 35% do total das despesas do exercício.



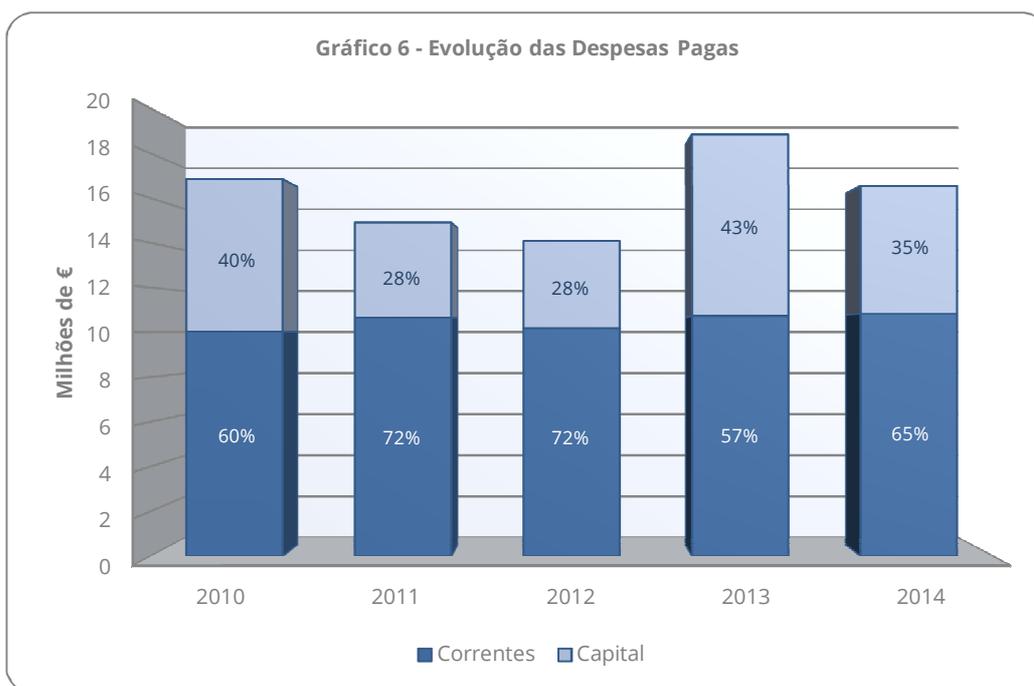
A distribuição verificada no ano em análise reflete, porém, um reforço do peso das despesas correntes em detrimento das despesas de capital, em parte, pelos motivos já enunciados na análise das receitas, associados ao efeito do recebimento, em 2013, das verbas do empréstimo obtido no âmbito do PAEL que permitiram uma execução extraordinária da despesa nesse ano, essencialmente relativa a pagamentos de natureza de capital face à composição das dívidas elegíveis para aquele programa, que já não ocorreram em 2014. Em anos anteriores e sem efeito de medidas extraordinárias, o peso das despesas correntes, contudo, é sempre superior ao das despesas de capital, e tem vindo a ser reforçado, pelos motivos já conhecidos relacionados com as características dos tipos de despesas que compõem cada natureza económica, já que são de natureza corrente, todos os encargos fixos decorrentes do funcionamento normal do município, que não variam significativamente em função da atividade operacional, enquanto que na parte de capital estão considerados os investimentos municipais, que sofrem flutuações consideráveis em função das opções de gestão, e a amortização de financiamentos externos contraídos, normalmente, para financiar os investimentos.

Quadro 7 - Execução das Despesas por Natureza

Designação	Dotação	Pago	Tx. Execução
Despesa Corrente	13.477.432,83 €	10.823.003,13 €	80,30%
Despesa de Capital	6.971.452,17 €	5.713.707,70 €	81,96%
Total	20.448.885,00 €	16.536.710,83 €	80,87%

Por estes motivos, as taxas de execução das rubricas englobadas em cada uma das naturezas da despesa apresentam, habitualmente, algumas diferenças associadas à maior previsibilidade das despesas de funcionamento, em contraste com as despesas de investimento. Porém, em 2014, beneficiando do efeito de modificações orçamentais que permitiram adequar, o mais possível, as dotações da despesa à sua execução regular, as taxas de execução não registaram diferenças significativas entre as rubricas. A taxa de execução global situou-se em cerca de 81 %, refletindo as taxas de execução a este nível, registadas quer nas despesas correntes, quer nas despesas de capital, verificando-se apenas uma diferença inferior em 2% entre estas.

A evolução das despesas ao longo dos últimos 5 exercícios tem sofrido algumas oscilações, com destaque para o ano de 2013, durante o qual, conforme já sublinhado, se registou uma execução superior à dos anos anteriores devido ao efeito do financiamento do PAEL e dos cofinanciamentos comunitários para investimentos. Pode verificar-se, pelo gráfico apresentado, que o ano de 2014 registou valores em linha com os do ano de 2010 e relativamente superiores aos dos anos seguintes. Pela análise da distribuição das despesas pagas por natureza, pode confirmar-se que as oscilações nos valores totais são mais dependentes das variações nas despesas de capital, já que as despesas de natureza corrente mantêm um perfil mais regular ao longo dos exercícios.



Despesas Correntes

A execução das despesas correntes não tem sofrido, ao longo dos anos, variações significativas, já que, tal como se referiu anteriormente, englobam diversas rubricas associadas ao funcionamento dos serviços municipais, que mantêm uma estrutura mais rígida, variando, essencialmente, quando surgem alterações legislativas associadas ao pessoal, mudanças nos contratos relativos a consumos intermédios ou nos apoios correntes atribuídos a entidades com as quais o município estabelece parcerias, não sendo comparáveis com a volatilidade das despesas de capital.

Quadro 8 - Grau de Execução das Despesas Correntes

Designação	Dotação	Realizado	Pago	Tx. Execução
Despesas com o pessoal	6.765.968,71	6.393.250,27	6.319.476,81	93,40%
Aquisição de bens e serviços	5.190.504,55	4.680.254,17	3.128.630,28	60,28%
Juros e outros encargos	320.962,73	287.820,90	285.865,37	89,06%
Transferências correntes	1.158.175,76	1.116.035,73	1.081.912,07	93,42%
Subsídios	40,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesa correntes	41.781,08	12.301,74	7.118,60	17,04%
Total	13.477.432,83	12.489.662,81	10.823.003,13	80,30%

A análise da composição das despesas correntes por agrupamento da classificação económica permite confirmar que as *despesas com o pessoal* registaram, como vem sendo recorrente, o valor mais elevado, atingindo cerca de 6,319 milhões de euros. O montante total pago representou cerca de 93% do valor das dotações corrigidas, demonstrando que estas despesas, de carácter mais fixo, permitem uma previsão mais próxima da execução efetiva. Como são despesas suportadas regularmente, decorrentes dos vínculos permanentes, os valores realizados foram pagos na sua quase totalidade. Confirmando o que agora se refere, o valor pago em 2014 foi muito próximo do valor registado em 2013, verificando-se uma variação inferior a 1%, apesar de ter ocorrido um decréscimo das rubricas relativas a remunerações, cujo efeito foi anulado pelo aumento das despesas com encargos para segurança social e com diversos abonos.

As despesas referentes ao capítulo de *aquisição de bens e serviços*, que incluem todas as aquisições diretamente relacionadas com atividade corrente ordinária municipal, registaram, como vem sendo habitual, o segundo valor mais elevado deste tipo de despesas, tendo sido pagos, no total, cerca de 3,129 milhões de euros. Este valor foi significativamente inferior ao verificado no ano anterior, em cerca de 11%, como resultado de um menor volume de pagamentos em 2014, uma vez que os montantes realizados ficaram próximos, nos dois anos analisados. Recorde-se que o ano de 2013 tinha sido influenciado pelos montantes financiados no âmbito do PAEL, que permitiram que se efetuassem pagamentos em montantes superiores aos que decorreriam da execução regular. No mesmo sentido, a taxa de execução destas rubricas foi ligeiramente inferior às registadas em exercícios anteriores, situando-se em cerca de 60%, uma vez que os valores previstos (corrigidos) se situaram perto dos 5,191 milhões de euros. Estes desvios, quer em relação aos valores das dotações, quer em relação aos valores realizados (que rondaram os 4,680 milhões de euros) resultam, por um lado, da quantidade considerável de procedimentos de contratação que este capítulo contempla e que dificulta a gestão regular dos meios associados ao seu financiamento, e por outro, de valores em dívida associados a fornecimento de bens ou serviços, cujo pagamento está, nos casos de maior materialidade, consolidado e escalonado.

Os valores pagos incluídos no capítulo de *transferências correntes* atingiram, no ano em análise, 1,082 milhões de euros, correspondendo a cerca de 93% dos valores previstos. Em

relação ao ano anterior, os valores de 2014 registaram um aumento substancial, na ordem dos 153%, o que significa que, quer os montantes realizados, quer os montantes pagos, atingiram valores pouco habituais para este tipo de rubricas. Note-se que estas despesas consistem em transferências para diversas entidades como compensação pela execução de atividades de interesse municipal e de competências municipais, ou, ainda, resultantes de apoios diversos de carácter social, cultural ou de outra índole e, como, tal têm registado, ao longo dos últimos anos, um desempenho correspondente com o impacto da estratégia municipal na execução de diversos projetos em parceria. No ano de 2014, o aumento dos valores suportados resultou, na sua quase totalidade, do montante das transferências que foram efetuadas para a empresa municipal Termalitur, com o objetivo de dar cumprimento às regras do equilíbrio de contas definidas no regime deste sector, já que o desvio de resultados daquela empresa relativamente ao previsto no plano plurianual foi considerável e claramente superior ao desvio verificado no ano anterior. Sublinhe-se ainda que as restantes transferências efetuadas, nomeadamente para as famílias e instituições em fins lucrativos, foram também superiores às verificadas em 2013, ainda que sem o peso da referida anteriormente.

Dos restantes capítulos das despesas correntes, devem destacar-se, ainda, as rubricas de *juros e outros encargos*, cujo montante pago foi de praticamente 286 mil euros, inferior ao verificado no ano transato em cerca de 34%, como resultado da queda das taxas de juro de referência utilizadas em contratos de financiamento, da diminuição dos juros de mora suportados e de diversos encargos financeiros relativos a custos e comissões imputadas a operações bancárias. A taxa de execução destas rubricas foi bastante satisfatória, na ordem dos 89%, apesar de incluírem valores de difícil previsão, como são os juros de mora imputados por fornecedores e as comissões bancárias.

Com reduzido peso na estrutura das despesas, o capítulo de *outras despesas correntes*, de cariz mais residual, registou valores pouco significativos, relativos a restituições de impostos e taxas, enquanto que, no capítulo de *subsídios*, não se verificou qualquer execução, por que engloba um conjunto de rubricas destinado a reunir os fluxos financeiros não reembolsáveis com objetivos específicos associados a políticas de preços ou níveis de produção, que não ocorreram no exercício em análise.

Quadro 9 - Comparação das Despesas Correntes Pagas

Designação	2014	2013	Var. 13/14
Despesas com o pessoal	6.319.476,81	6.301.306,86	0,29%
Aquisição de bens e serviços	3.128.630,28	3.532.259,68	-11,43%
Juros e outros encargos	285.865,37	432.565,31	-33,91%
Transferências correntes	1.081.912,07	428.285,03	152,61%
Subsídios	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	7.118,60	22.960,16	-69,00%
Total	10.823.003,13 €	10.717.377,04 €	0,99%

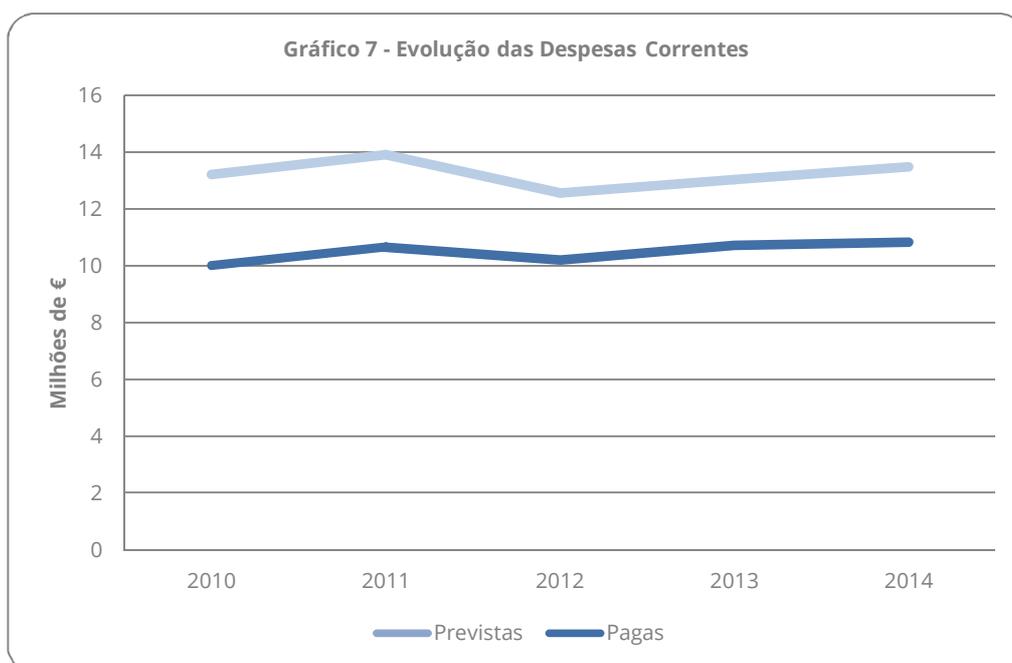
Confirmando o que se tem referido na presente análise, a avaliação do peso de cada um dos capítulos no total das despesas correntes e no total das despesas municipais permite concluir que as *despesas com pessoal* mantêm um peso elevado, representando cerca de 58% do total das despesas correntes e cerca de 38% do total das despesas do exercício. As rubricas de *aquisição de bens e serviços* mantêm também um peso significativo na estrutura de despesas municipais, ainda que bastante inferior ao das *despesas com pessoal*, concentrando 29% das despesas correntes e 20% das despesas totais. Em conjunto, estes dois capítulos congregam cerca de 87% das despesas correntes e 57% das despesas totais, uma vez que incluem praticamente todas as despesas de funcionamento desta entidade.

Note-se, ainda, que, em relação a 2013, o peso destas rubricas nas despesas correntes diminuiu ligeiramente, mas registou um aumento relativamente à estrutura das despesas totais, como resultado da diminuição das despesas de capital, que se analisam nos pontos seguintes, e das alterações na composição das despesas correntes, designadamente, devido ao efeito do aumento do peso *das transferências correntes*, já que os restantes capítulos não têm um peso relevante na execução orçamental.

Quadro 10 - Peso das Componentes das Despesas Correntes

Designação	Peso na Estrutura		Variação (13/14)	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	58,39%	38,21%	-0,41%	4,78%
Aquisição de bens e serviços	28,91%	18,92%	-4,05%	0,18%
Juros e outros encargos	2,64%	1,73%	-1,39%	-0,57%
Transferências correntes	10,00%	6,54%	6,00%	4,27%
Subsídios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	0,07%	0,04%	-0,15%	-0,08%
Total	100,00%	65,45%	0,00%	8,58%

A evolução das despesas correntes ao longo dos últimos 5 exercícios tem-se pautado pela relativamente reduzida oscilação dos valores previstos e pagos, conforme se pode verificar no gráfico abaixo. Todavia, a par da contenção da generalidade dos valores das despesas, tem sido objetivo da gestão municipal, nos últimos anos, a redução da diferença entre os valores previstos e os pagos e a correspondente melhoria das taxas de execução, o que tem sido conseguido paulatinamente, ainda que com algumas pequenas inflexões, como é exemplo o exercício de 2014, tendo sido possível manter, apesar de tudo, as taxas de execução acima dos 80% desde 2011.



Despesas de Capital

As despesas de capital são constituídas por um conjunto de rubricas relacionadas principalmente com a aquisição ou produção de capital fixo, traduzidas na valorização de bens que fazem parte do imobilizado do município. Integram, ainda, rubricas que englobam despesas relacionadas com a mesma natureza, mas cuja execução depende do envolvimento de entidades terceiras, surgindo como transferências destinadas ao seu financiamento, para além de incluírem, ainda, a fatia da despesa municipal destinada à amortização de operações de financiamento externo, cujos objetivos estão também relacionados com a obtenção de meios para financiar a formação de capital. Por estes motivos, tal como já foi suficientemente sublinhado, as rubricas incluídas nas despesas de capital apresentam, ao longo de um horizonte temporal específico mesmo que limitado, variações consideráveis relacionadas diretamente com a execução de projetos de investimento ou aquisição de bens duradouros, tendo em conta o planeamento delineado e a disponibilização de recursos para os executar. Assim, e indo ao encontro do enquadramento efetuado, o ano de 2014 pode considerar-se um ano intermédio, durante o qual foram concluídos diversos investimentos, grande parte destes iniciados em anos anteriores, envolvendo valores avultados. Foi também um ano de preparação e de planeamento tendo em vista o melhor aproveitamento do novo quadro comunitário que se inicia. As despesas de capital pagas totalizaram, assim, cerca de 5,714 milhões de euros, para um valor previsto corrigido de 6,971 milhões de euros, de que resulta uma taxa de execução de 82%, bastante superior à média das taxas de execução dos anos anteriores.

Quadro 11 - Grau de Execução das Despesas de Capital

Designação	Dotação	Realizado	Pago	Tx. Execução
Aquisição de bens de capital	4.790.774,17	4.084.018,22	3.574.791,17	74,62%
Transferências de capital	186.213,00	171.208,79	145.008,34	77,87%
Ativos financeiros	60,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	1.994.385,00	1.993.908,19	1.993.908,19	99,98%
Outras despesas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00%
Total	6.971.452,17	6.249.135,20	5.713.707,70	81,96

Neste contexto, torna-se evidente que a execução das despesas desta natureza depende, em grande parte, do desempenho das rubricas relativas a *aquisição de bens de capital*. Este agrupamento registou um valor total pago de 3,575 milhões de euros, sendo bastante inferior ao valor verificado no ano anterior (-25%), pelos motivos mencionados, relacionados com o período de conclusão de investimentos relevantes, que não concentraram um volume de despesa tão elevado. Importa, a este respeito, referir também que a comparação com o ano de 2013 fica prejudicada pelo facto de, nesse exercício, terem sido recebidas as verbas relativas ao PAEL que influenciaram positivamente o nível geral de pagamentos efetuados. Apesar de tudo, a execução do ano em análise pode considerar-se bastante positiva, já que o valor total pago mencionado resulta de um valor previsto na ordem dos 4,791 milhões de euros, dos quais foram realizados (faturados) 4,084 milhões de euros, obtendo-se uma taxa de execução de 75%, bastante positiva atendendo às características das rubricas envolvidas, conforme já explicitado.

Em linha com o referido para o agrupamento anterior, as rubricas de *passivos financeiros* registaram também uma execução bastante satisfatória e coerente com os objetivos de gestão financeira do município. Recorde-se que estas rubricas englobam as despesas relativas a amortizações de todos os empréstimos contratados pelo município, quer de curto prazo, quer de médio/longo prazo, cujos pagamentos estão devidamente escalonados nos planos de amortização, sendo, por este motivo, de fácil previsão e execução. Assim, estavam previstos cerca de 1,994 milhões de euros para esta finalidade que foram pagos na sua quase totalidade, atingindo-se uma taxa de execução de praticamente 100%. Comparativamente com o ano anterior, os valores de 2014 decresceram cerca de 34%, como consequência da variação nos montantes referentes a amortizações de empréstimos de curto prazo, já que, no ano de 2013, tinham sido amortizados dois empréstimos com praticamente o mesmo valor, um deles contratado ainda em 2012 e o outro referente ao próprio ano.

As rubricas de *transferências de capital* têm sido igualmente importantes na estratégia municipal e, como tal, na execução das despesas de capital do município, apesar de envolverem valores substancialmente inferiores aos afetos às rubricas dos agrupamentos referidos anteriormente. São incluídas nesta rubricas, as despesas traduzidas em apoios ou participações do município em projetos que envolvem a criação, produção ou

aquisição de bens duradouros, considerados de interesse municipal face aos objetivos delineados e às competências próprias desta entidade e das entidades parceiras. São normalmente apoios destinados a obras em imóveis, aquisição de viaturas, equipamentos ou outros bens permanentes, desenvolvidos por entidades terceiras para fins relacionados com os interesses do município e com as suas políticas de desenvolvimento. Assim, estas rubricas absorveram, no ano em análise, cerca de 145 mil euros, para um valor previsto de cerca de 186 mil euros, resultando uma taxa de execução de 78%, bastante acima, porém, das verificadas em anos transatos, apesar de, em termos absolutos, os valores pagos serem inferiores em 37% aos registados em 2013.

As restantes rubricas de despesas de capital, associadas aos agrupamentos *ativos financeiros* e *outras despesas de capital*, não registaram qualquer execução, porque não se enquadraram, nas suas definições, quaisquer despesas suportadas pelo município em 2014.

Quadro 12 - Comparação das Despesas de Capital Pagas

Designação	2014	2013	Var.13/14
Aquisição de bens de capital	3.574.791,17	4.777.133,25	-25,17%
Transferências de capital	145.008,34	230.020,78	-36,96%
Ativos financeiros	0,00	0,23	-100,00%
Passivos financeiros	1.993.908,19	3.026.781,47	-34,12%
Outras despesas de capital	0,00	93.521,71	-100,00%
Total	5.713.707,70 €	8.127.457,44 €	-29,70%

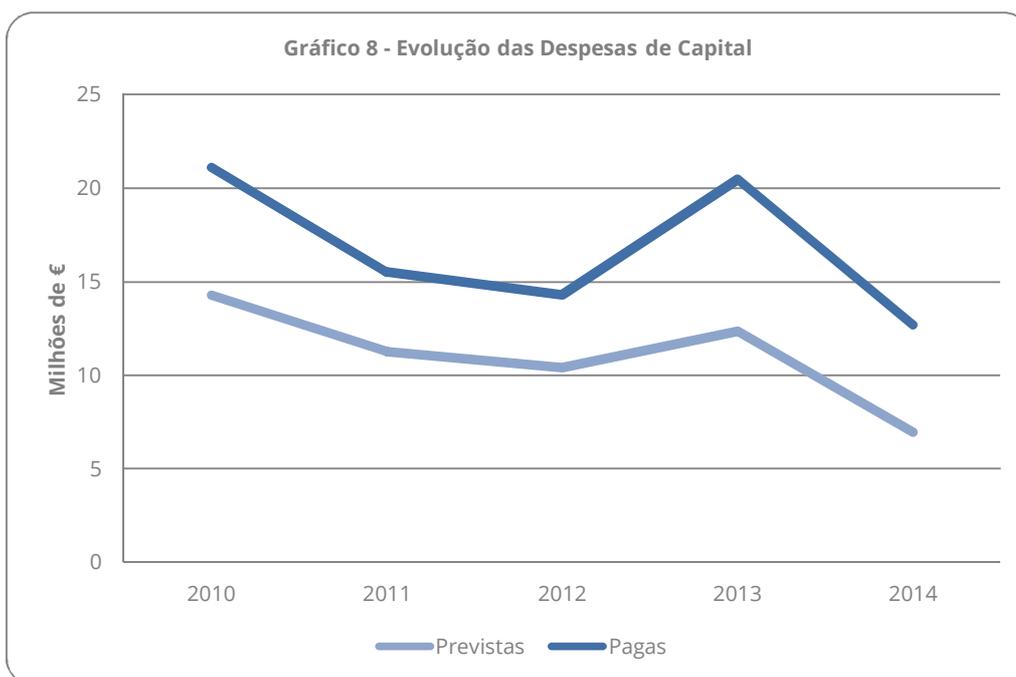
Como complemento à análise efetuada e de modo a confirmar a importância de cada agrupamento de rubricas na estrutura das despesas de capital e nas despesas totais, importa ainda mencionar que as rubricas de *aquisição de bens de capital*, face aos valores envolvidos, representaram cerca de 63% das despesas de capital do exercício, mas apenas 22% das despesas totais orçamentais. Face às alterações registadas, estas rubricas viram o seu peso nas despesas de capital ser reforçado, mas a diminuir nas despesas totais, comparativamente com 2013. Nota ainda para o peso dos *passivos financeiros* que representaram apenas cerca de 12% do total das despesas do ano, apesar de manterem

um peso nas despesas de capital próximo dos 35%, em resultado da composição das despesas desta natureza.

Quadro 13 - Peso das Componentes das Despesas de Capital

Designação	Peso na Estrutura		Variação (13/14)	
	Capital	Total	Capital	Total
Aquisição de bens de capital	62,57%	21,62%	3,79%	-3,73%
Transferências de capital	2,54%	0,88%	-0,29%	-0,34%
Ativos financeiros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	34,90%	12,06%	-2,34%	-4,00%
Outras despesas de capital	0,00%	0,00%	-1,15%	-0,50%
Total	100,00%	34,55%	0,00%	-8,58%

Em termos evolutivos, tal como se referiu, o volume de despesas de capital em 2014 coloca este exercício numa situação intermédia face aos anos anteriores. Apesar dos montantes estarem bastante aquém dos obtidos em 2013 (relembre-se que estes estão influenciados pela execução do PAEL), são superiores aos valores pagos a este título nos anos de 2011 e 2012. Nesta análise, importa sublinhar que a grande alteração que sobressai está relacionada com a diferença entre as despesas previstas e as despesas efetivamente pagas, constatando-se uma grande aproximação destes valores em 2014, atestando o empenho da gestão em conferir rigor e ponderação na execução financeira e orçamental do município.



2.4. Execução das Grandes Opções do Plano

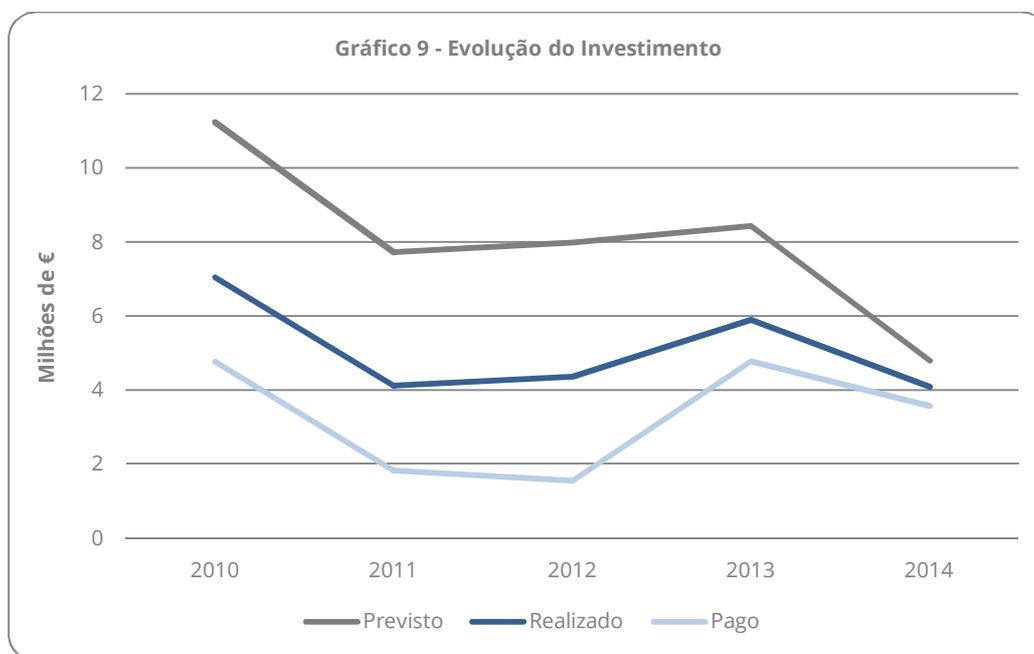
A análise das Grandes Opções do Plano contempla uma avaliação da execução das despesas relevantes para a estratégia municipal, organizadas por objetivos, programas e projetos/ações, enquadradas num horizonte plurianual. Esta análise incide sobre os mapas que o compõem: o Plano Plurianual de Investimentos, que reúne todas as despesas orçamentais associadas a investimentos, e o mapa das Atividades Mais Relevantes, onde constam despesas de outra natureza consideradas de especial relevância para a atividade municipal.

Plano Plurianual de Investimentos

No exercício de 2014, o montante total canalizado para investimentos foi de 3,686 milhões de euros, revelando um decréscimo na ordem dos 23% em relação aos valores registados em 2013. Em linha com justificações apresentadas anteriormente, deve sublinhar-se que a execução do ano de 2013 ficou marcada pelo recebimento das verbas contratualizadas no âmbito do PAEL e que permitiram a realização de pagamentos avultados cuja natureza, em

parte, se referia a investimentos. Para além deste facto, esse ano concentrou também a execução de alguns investimentos de elevada importância para o município e que permitiram a concretização de despesas de investimento de valor substancial. Apesar disso, face à realização de previsões mais coerentes que a complexidade dos projetos envolvidos e a sua fase de execução permitiram, a taxa de execução obtida, na ordem dos 77%, é bastante superior às obtidas em anos anteriores, podendo concluir-se que os valores pagos se aproximaram dos valores previstos e realizados, havendo uma diminuição dos compromissos assumidos e não pagos.

Este desempenho é demonstrado na análise da evolução das despesas previstas e pagas incluídas no PPI nos últimos 5 exercícios, que, em linha com aquilo que foi já referido relativamente à execução das despesas de capital, confirma uma aproximação, em 2014, entre os valores previstos e os valores pagos, acrescentando à gestão deste tipo de despesas um maior rigor e controlo, já que foram eliminadas dos processos de execução de despesas, montantes relativos a dotações que não seria utilizadas. Em termos absolutos, os valores relativos a investimentos atingiram, assim, um valor médio no horizonte de análise, situando-se abaixo dos alcançados nos anos de 2013 e 2010, mas significativamente acima dos montantes de 2011 e 2012.



Direcionando a análise para a execução do PPI por objetivos e programas definidos para 2014, verifica-se, desde logo, que a *Educação* foi a área que concentrou a maior fatia do

investimento municipal, tendo sido pagos, no âmbito dos vários projetos incluídos neste objetivo, cerca de 1,615 milhões de euros. Este valor representa cerca de 44% do valor total do investimento municipal, tendo aumentado, em relação ao ano anterior, cerca de 54%. Estes valores relevantes estão relacionados, quase exclusivamente, com o investimento no programa de *ensino básico*, mais precisamente, relativo à conclusão da execução do projeto referente à construção do novo Centro Escolar de S. Pedro do Sul, que englobou, para além da obra, a aquisição do terreno, de diversos equipamentos e de mobiliário escolar, com um montante global envolvido de praticamente 1,5 milhões de euros apenas no ano em análise. Atendendo a que este ano coincidiu com a fase final de execução, não se verificaram desvios significativos, tendo-se alcançado uma taxa de execução de 85%, bastante satisfatória para o tipo de despesa em questão e para a complexidade que envolvia o seu financiamento.

O segundo objetivo que concentrou maior investimento foi *Comunicações e Transportes*, que habitualmente se situava em primeiro lugar. Esta área viu o valor dos investimentos pagos diminuir consideravelmente em relação a 2013, na ordem dos 47%, tendo atingido, apesar de tudo, os 953 mil euros, totalmente canalizados para o programa de *rede viária e sinalização*. Esta redução reflete aquilo que já foi referido e demonstra também a inflexão em relação a alguns investimentos programados, que sofreram alterações ou reprogramações motivadas pela indefinição nos meios de financiamento que poderiam ser alocados à sua execução. Ainda assim, os recursos adstritos a este objetivo representaram cerca de 26% do total dos investimentos, corroborando a importância dos projetos que engloba na estratégia municipal, atendendo à dimensão territorial do município, à sua extensa rede viária e à importância desta para a mobilidade da população concelhia. É de salientar igualmente a taxa de execução alcançada, de cerca de 82%, tendo em conta as variações ocorridas e a dimensão dos projetos envolvidos.

Sendo um ano caracterizado, em termos de investimentos, pela conclusão de diversos projetos relevantes em consonância com o final do quadro comunitário de apoio que os cofinanciou, o objetivo *Habituação e Urbanização* registou um peso relevante na estrutura das despesas de investimento, uma vez que englobou ainda os montantes destinados à conclusão do projeto de urbanização relativo à requalificação urbana de S. Pedro do Sul. Para além deste projeto, o programa de *urbanização* abrangeu também o projeto relativo à Ligação da Av. Sá Carneiro à EN 227, que envolveu montantes reduzidos de despesa paga,

atendendo a que a sua execução se prolongou para 2015. Na globalidade, este objetivo reuniu cerca de 583 mil euros e uma taxa de execução de 59%, influenciada pela inclusão da previsão do referido projeto urbanístico de ligação das duas vias de comunicação, cuja execução se centra no ano corrente. Os montantes envolvidos representaram, contudo, cerca de 16% do valor total do investimento, refletindo uma diminuição de quase 49% em relação aos valores verificados em 2013, pelos motivos referidos, associados à fase final do maior projeto que contempla.

Para a *Cultura, Desporto e Tempos Livres* foram investidos cerca de 112 mil euros destinados ao Complexo Desportivo da Pedreira, mais precisamente, à fase final de construção dos balneários e aos trabalhos relativos à certificação da rede de energia. O montante da despesa paga foi, neste caso, superior à registada em 2013 para o mesmo objetivo, em cerca de 150%, não sendo, contudo, em termos absolutos, um valor tão relevante como os que estão envolvidos nos objetivos e programas referidos anteriormente. A taxa de execução obtida foi de praticamente 100%, uma vez que os valores previstos foram totalmente realizados e pagos. Refira-se, porém, que os projetos englobados nestes programas são normalmente desenvolvidos através de despesas de outra natureza, designadamente através de rubricas correntes, não sendo, por isso, habitual o registo de valores avultados relativos a investimentos.

Dos restantes objetivos, *Saneamento e Salubridade* registou valores substancialmente inferiores aos que habitualmente se verificam, tendo em conta que inclui as obras de construção e ampliação da rede concelhia de saneamento básico. Em 2014, foram pagos, no âmbito deste objetivo, perto de 12 mil euros, o que representa uma diminuição de cerca de 97% em relação aos valores de 2013. Importa, contudo, esclarecer que, uma parte significativa dos trabalhos na rede de saneamento está incluída em projetos de outras áreas, nomeadamente da rede viária, constando, por isso, nos montantes da execução desses projetos. No objetivo *Meio Ambiente e Natureza*, os valores envolvidos destinaram-se ao projeto de requalificação de fontes e percursos pedestres, para o qual foram previstos cerca de 60 mil euros e pagos cerca de 29 mil euros.

No âmbito do objetivo designado *Diversos*, foram realizados vários investimentos significativos, dos quais se destacam os relacionados com o programa de *modernização administrativa*, cuja importância para o funcionamento dos serviços e para a relação destes

com os munícipes se tem revelado inquestionável. Quer no âmbito deste programa, quer através de investimentos em bens municipais (não classificados em objetivos e programas específicos), foram executadas e pagas despesas no total de 131 mil euros, representando um aumento relativo elevado, em relação aos recursos financeiros despendidos em 2013. A taxa de execução rondou, porém, os 63%, já que as dotações corrigidas totalizaram mais de 209 mil euros, destinadas a investimentos programados mas não realizados até ao final do exercício.

Convém, por último, fazer referência à execução dos investimentos englobados no objetivo *Outros* que se referem despesas comuns associadas ao próprio funcionamento dos serviços municipais, designadamente, à aquisição de equipamentos operacionais e administrativos, maquinaria, ferramentas, entre outros. Para este tipo de despesas foi definido, na globalidade, um financiamento superior a 301 mil euros, dos quais foram realizados 291 mil euros e pagos cerca de 252 mil euros, registando uma taxa de execução bastante positiva, na ordem dos 84%.

Quadro 14 - Execução do PPI por Objetivos e Programas

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Exec.	Var. 13/14
Educação	1.891.628,00 €	1.710.993,79 €	1.615.201,18 €	85,39%	53,85%
Ensino Pré-Escolar	1.055,00 €	55,00 €	55,00 €	5,21%	-91,94%
Ensino Básico	1.890.573,00 €	1.710.938,79 €	1.615.146,18 €	85,43%	53,95%
Cultura, Desporto e T. L.	111.764,00 €	111.762,44 €	111.762,44 €	100,00%	150,12%
Desportos e Tempos Livres	111.764,00 €	111.762,44 €	111.762,44 €	100,00%	150,12%
Ação Social	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Ação Social Escolar	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Habitação e Urbanização	995.786,00 €	650.798,22 €	582.538,52 €	58,50%	-48,60%
Urbanização	995.786,00 €	650.798,22 €	582.538,52 €	58,50%	-47,99%
Saneamento e Salubridade	63.707,00 €	47.951,83 €	11.609,97 €	18,22%	-97,14%
Rede de Esgotos	63.707,00 €	47.951,83 €	11.609,97 €	18,22%	-97,14%
Comunicações e Transp.	1.157.563,82 €	1.081.557,38 €	953.126,19 €	82,34%	-46,73%
Rede Viária e Sinalização	1.157.563,82 €	1.081.557,38 €	953.126,19 €	82,34%	-46,73%
Meio Ambiente e Natureza	59.707,00 €	59.606,13 €	29.400,00 €	49,24%	-9,07%
Requalificação Ambiental	59.707,00 €	59.606,13 €	29.400,00 €	49,24%	44,19%
Diversos	209.383,00 €	161.013,26 €	131.013,26 €	62,57%	-18,02%
Modernização Administrativa	65.456,00 €	17.087,18 €	17.087,18 €	26,10%	-85,80%
Obras em Bens Municipais	113.927,00 €	113.926,08 €	113.926,08 €	100,00%	1856,61%
Edifícios	30.000,00 €	30.000,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Outros	301.135,35 €	290.594,87 €	251.739,73 €	83,60%	172,45%
Total	4.790.774,17 €	4.114.277,92 €	3.686.391,29 €	76,95%	-22,83%

Atividades Mais Relevantes

O mapa das Atividades Mais Relevantes, como se afere pela própria designação, reúne as despesas associadas às atividades municipais de maior importância estratégica para a gestão municipal, constando, por este motivo, nas Grandes Opções do Plano e cumprindo as suas regras de organização e execução, que permitem uma maior informação sobre cada um dos projetos e ações, facilitando igualmente o controlo sobre o seu planeamento e sobre a sua realização.

Este tipo de despesas está, contudo, associado a projetos que envolvem menos recursos do que os que compõem o plano de investimentos. Em 2014, para estas atividades, foram

previstos cerca de 164 mil de euros, dos quais foram realizados 151 mil euros e foram pagos 141 mil euros, resultando, assim, uma taxa de execução de 86%. Refira-se que, ao contrário da maioria dos projetos que compõem o PPI, os projetos deste mapa correspondem, na sua maioria, a despesas correntes ou a despesas de capital não consideradas investimentos, tendo características que facilitam a definição das suas dotações e a sua aproximação à necessidades concretas ao longo dos exercícios económicos.

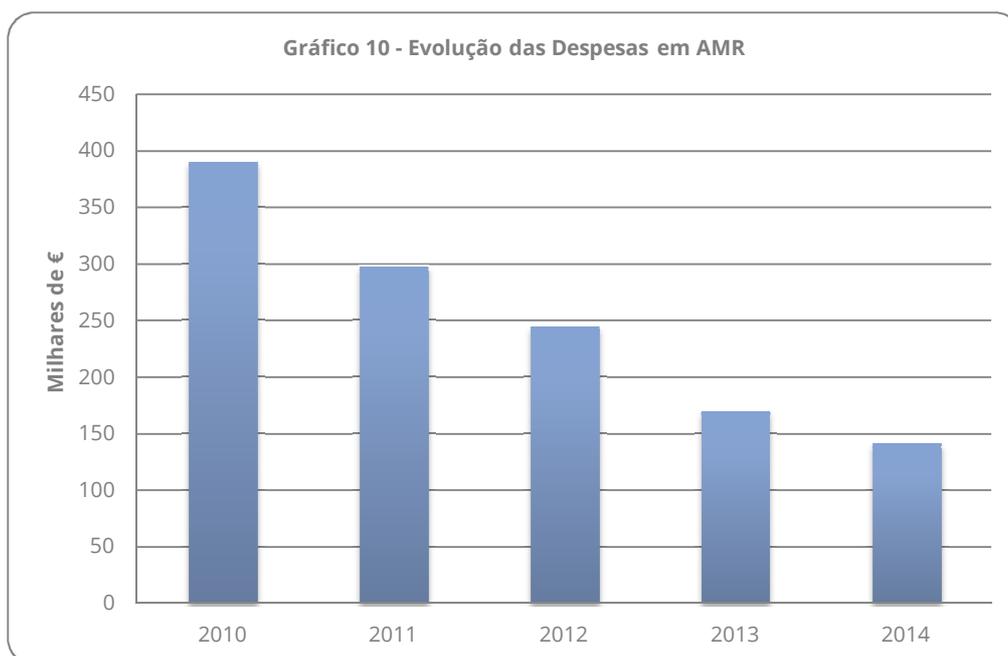
Pela análise dos objetivos definidos neste documento, e tal como verificado em anos anteriores, o objetivo *Cultura, Desporto e Tempos Livres* concentrou o maior volume de despesa, totalizando 128 mil euros, relativos essencialmente aos projetos de fomento à cultura e fomento ao desporto, que pressupõem o apoio a associações e outras entidades que, nestas áreas, desenvolvem atividades associadas a atribuições e competências municipais ou de mérito reconhecido e de especial interesse para a população do concelho. Note-se que o ano em análise se caracterizou também pela otimização e racionalização de recursos postos à disposição de entidades terceiras, com impacto direto nos valores adstritos aos projetos inseridos neste objetivo. Por este motivo, os valores canalizados para esta área decresceram, em relação a 2013, cerca de 6%, apresentando contudo uma taxa de execução em relação ao financiamento definido de 93%, já que as medidas previstas foram, na quase totalidade, executadas e as respetivas despesas pagas.

Dos restantes objetivos, refira-se que, para projetos associados à *Ação Social*, foram canalizados perto de 11 mil euros, mais precisamente para medidas de apoio escolar e de apoio à habitação, com o intuito de evitar que as dificuldades sentidas pelos estratos sociais mais desfavorecidos impossibilitem o acesso à educação básica ou a condições mínimas de habitabilidade e conforto. Os restantes objetivos não registaram uma execução significativa.

Quadro 15 - Execução das Atividades Mais Relevantes por Objetivos

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. 13/14
Educação	1.948,00 €	1.845,85 €	1.845,85 €	94,76%	100,15%
Cultura, Desporto e T. L.	137.720,27 €	128.820,27 €	127.940,28 €	92,90%	-5,84%
Ação Social	15.761,00 €	13.649,29 €	10.856,89 €	68,88%	-40,14%
Desen. Ec. Abast. Público	1.000,00 €	500,00 €	500,00 €	50,00%	-89,53%
Diversos	7.617,00 €	6.116,18 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Total	164.046,27 €	150.931,59 €	141.143,02 €	86,04%	-16,89%

Relativamente aos recursos canalizados para as Atividades Mais Relevantes ao longo dos últimos 5 exercícios, pode ainda concluir-se que, no exercício em análise, foi registado o menor valor do período, já que a evolução do valor destas despesas apresenta um perfil descendente evidente.



É importante, porém, sublinhar que a composição deste mapa não possui um conteúdo obrigatório nem uma relação direta com a execução orçamental de qualquer rubrica das despesas, ou seja, as despesas são livremente associadas a projetos e ações incluídos neste mapa, de acordo com as opções de gestão, o que significa que, uma redução da despesa paga no âmbito dos projetos em questão, não significa necessariamente que as áreas envolvidas sofreram cortes ou um “desinvestimento” considerável, porque as despesas

podem ter sido, e foram, assumidas através de várias rubricas do orçamento da despesa não incluídas no mapa das Atividades Mais Relevantes, como consequência, quer das várias alterações ocorridas na forma de execução dos diversos projetos, quer da simplificação de alguns procedimento de despesa associados.

2.5. Indicadores Orçamentais

Em complemento à análise da execução da receita e despesa por natureza e capítulo, efetuada anteriormente, apresenta-se um conjunto de indicadores de natureza orçamental que permite uma avaliação sobre a importância de alguns agregados da estrutura orçamental para o município e uma comparação com posição obtida em exercícios anteriores.

Quadro 16 - Evolução dos Rácios Orçamentais

Designação	Rácio	2010	2011	2012	2013	2014
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	100%	100%	102%	101%	100%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	95%	93%	93%	81%	96%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	8%	10%	11%	10%	15%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	5%	7%	9%	20%	23%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	8%	9%	9%	8%	8%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	28%	12%	11%	25%	29%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Tranf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	125%	195%	211%	71%	70%

Pela análise dos resultados obtidos, pode concluir-se que:

- As receitas totais orçamentais foram equivalentes às despesas orçamentais efetuadas, tendo-se registado uma pequena diferença positiva com reflexo na melhoria do saldo da gerência;
- Registou-se uma melhoria significativa no grau de cobertura das despesas pelas receitas sem recurso ao crédito, situando-se agora em 96%, em resultado, essencialmente, da diminuição do valor de passivos financeiros, uma vez que, no ano de 2013, este indicador foi fortemente influenciado pelo efeito do empréstimo do PAEL;
- O peso das receitas referentes a impostos aumentou em relação aos exercícios anteriores, situando-se agora nos 15%, como consequência do desempenho positivo das verbas relativas a alguns impostos municipais, designadamente, do IMI;
- Em linha com o que se referiu anteriormente, o peso dos empréstimos no total das receitas municipais decresceu substancialmente no ano de 2014, situando-se agora em cerca de 4% do total das receitas, valor mais baixo do período analisado;
- A importância do serviço da dívida de médio e longo prazos manteve-se relativamente baixa na estrutura das despesas, apesar de se ter iniciado a amortização do empréstimo contraído no âmbito do PAEL, que foi, em parte, compensada pelo fim dos planos de amortização de outros empréstimos;
- Na sequência da análise já efetuada às despesas de capital, o valor do investimento pago decresceu em relação a 2013, justificando uma fatia menor no cômputo das despesas totais municipais;
- O grau de cobertura da aquisição de bens de capital pelas transferências de capital diminuiu ligeiramente, devido à redução mais significativa das transferências desta natureza do que das respetivas despesas.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No presente ponto efetua-se uma análise às principais demonstrações financeiras do município: o balanço e a demonstração de resultados. Com esta análise obtêm-se algumas conclusões sobre o impacto da gestão municipal na sua situação económica e financeira, quer através da origem dos resultados obtidos, quer através das variações do seu património, enquadradas na natureza da entidade, tendo presente que a gestão autárquica deve privilegiar o aumento da eficiência na disponibilização de bens e serviços públicos, interpretando os resultados financeiros como forma de aumentar o património e os meios disponíveis para a prossecução da sua missão.

A análise às principais demonstrações financeiras é ainda complementada com a apresentação de indicadores de natureza patrimonial que permitem a comparação entre o desempenho dos últimos exercícios, assim como, uma referência à evolução da dívida, à sua situação perante os limites de endividamento e aos custos incorridos por função municipal.

3.1. Análise do Balanço

O Balanço do Município de S. Pedro do Sul a 31/12/2014 evidencia um montante total de 53,735 milhões de euros, refletindo um decréscimo, em relação a 2013, de perto de 2% como resultado de variações, algumas significativas, nas componentes do ativo, passivo e fundos próprios.

Analisando as rubricas que compõem o Ativo (líquido) pode confirmar-se que as contas de *imobilizado* representam cerca de 93% do seu valor, já que inclui todos os bens do município, com exceção dos que se destinam a venda ou a incorporação na produção de outros bens. O valor do *imobilizado* registou uma ligeira redução face aos valores existentes nos registos de 2013, em consequência das respetivas amortizações, que não foram totalmente compensadas pelo registo de novos bens adquiridos ou produzidos.

Nas contas do *imobilizado* destacam-se claramente as relativas a *bens de domínio público*, cujo valor total líquido atingiu os 30,151 milhões de euros, correspondendo a um peso de

56% no valor do balanço. Estas rubricas assumem um valor muito significativo no imobilizado municipal porque englobam o conjunto de bens públicos cuja gestão é atribuída ao município decorrente da atribuição de direitos sobre o seu território ou sobre os seus espaços, dos quais se destacam, as estradas, as linhas de água, servidões comuns, entre outros, cuja inventariação envolve naturalmente montantes elevados. Em relação aos valores de 2013, os montantes apurados decresceram cerca de 10%, como consequência da diminuição das imobilizações em curso e do valor das amortizações relativas às restantes contas associadas.

As *imobilizações corpóreas* assumem também uma importância muito significativa, porque contemplam todos os bens móveis ou imóveis da autarquia detidos com caráter de permanência, tendo o seu montante somado, no ano em análise, o valor de 16,738 milhões de euros, o que equivale a um peso no total do ativo de cerca de 31%. Também nesta conta a variação em relação a 2013 foi significativa, registando-se, neste caso, um acréscimo superior a 20%, ou seja, o valor destas contas aumentou mais de 2,8 milhões de euros.

As rubricas de *investimentos financeiros*, que registam as aplicações financeiras de caráter permanente, mantiveram-se também num valor relativamente próximo do registado em 2013, somando 3,194 milhões de euros. A variação registada, na ordem dos 3%, não resulta de qualquer novo investimento efetuado, mas de um ajustamento às provisões realizadas para refletir a diminuição do valor deste tipo de ativos. Esta conta, face às características dos acontecimentos que reflete dos quais se destaca a participação na Termalitur, assume um peso relativo na estrutura patrimonial da autarquia, representando, em termos líquidos, cerca de 6% do total do ativo.

Refira-se, ainda, que, como vem sendo habitual, as rubricas de *imobilizações incorpóreas* não apresentam qualquer valor, atendendo ao objetivo das rubricas que engloba relacionadas com o registo de ativos intangíveis que tem sido inexistente.

As contas incluídas no *circulante* apresentam valores bastante mais reduzidos do que os que abordámos anteriormente, registando um valor global na ordem dos 1,684 milhões de euros. No ano em análise, este valor registou um decréscimo substancial dos montantes envolvidos, na ordem dos 23%, em resultado da variação negativa da generalidade das

contas que inclui, ainda que em proporções diferentes. Por este motivo, o seu peso no valor total do Ativo decresceu cerca de 1 p.p., situando-se em cerca de 3%. Para estas alterações contribuiu significativamente a variação dos valores registados em contas de *dívidas de terceiros - curto prazo*, que diminuíram perto de 34% em relação aos valores de 2013, totalizando agora pouco mais de 867 mil euros. Esta diminuição resultou, essencialmente, da redução dos valores em dívida relativos às contrapartidas da exploração termal.

As rubricas de *existências e depósitos em instituições financeiras e caixa* apresentaram também valores inferiores aos registados em 2013, porém, com variações mais reduzidas, em linha com o que decorre da normal atividade do município. As *existências* somaram um valor de cerca de 178 mil euros, evidenciando uma redução dos valores dos bens armazenados para consumo a curto prazo. Já as contas de *depósitos em instituições financeiras e caixa* totalizaram 638 mil euros, estando ao nível dos saldos de anos anteriores, que resultam da atividade financeira regular.

Ainda do lado do Ativo, as contas de *acréscimos e diferimentos* também registaram um aumento em relação aos valores de 2013, na ordem dos 5%, totalizando agora 1,968 milhões de euros. Este valor resulta, essencialmente, das contas de *acréscimos de proveitos*, onde são registadas as especializações dos montantes referentes a diversas receitas municipais, das quais se destacam os impostos a cobrar no ano seguinte. As contas de *custos diferidos*, onde se incluem os custos já suportados mas respeitantes a exercícios seguintes, registaram também valores inferiores a 2013, ainda que com reduzida materialidade.

O Passivo totalizou 21,456 milhões de euros, registando um decréscimo significativo em relação aos valores de 2013, na ordem dos 11%. Esta variação, que confirma o que já se referiu sobre a diminuição da atividade municipal e a recuperação dos valores da dívida, resulta da diminuição de todas as contas que integram o Passivo, com exceção dos *acréscimos e diferimentos*. Assim, a maior diminuição relativa registou-se nas contas de *provisões para riscos e encargos*, em cerca de 57%, já que no final do exercício os seus saldos registavam um valor próximo dos 100 mil euros. Esta diminuição, substancial em termos relativos, resultou exclusivamente do ajustamento das contas aqui integradas, na sequência da reavaliação dos riscos associados a processos judiciais e de contencioso.

No mesmo sentido e com um contributo mais relevante nos valores absolutos finais, as rubricas que integram as *dívidas a terceiros de médio - longo prazos* totalizaram 4,183 milhões de euros, tendo decrescido 18%, em relação aos montantes do ano anterior. Esta redução é uma consequência direta do cumprimento dos planos de amortizações de empréstimos contratados, que envolvem valores bastante relevantes para a estrutura financeira municipal.

Também as contas referentes a *dívidas a terceiros de curto prazo* apresentaram valores substancialmente inferiores aos registados no ano anterior, situando-se em 5,375 milhões de euros. Apesar da variação relativa rondar os 26%, a redução deste tipo de dívidas foi de praticamente 1,9 milhões de euros, valor expressivo e assinalável resultante de uma diminuição considerável das dívidas a *fornecedores de imobilizado* e a *outros credores*, e de uma diminuição menos significativa nas dívidas a *fornecedores c/c*. Os saldos das contas relativas a dívidas à *administração autárquica* e ao *Estado e outros entes públicos* também registaram reduções, mas menos significativas face à menor dimensão dos montantes envolvidos.

Em sentido contrário, as rubricas de *acréscimos e diferimentos* contribuíram para o aumento do valor do Passivo, ainda que com menor relevância, já que os montantes das suas contas cresceram cerca de 3%, totalizando, em 2014, 11,798 milhões de euros. Estas contas apresentam normalmente valores expressivos nos totais apresentados, principalmente associados a *proveitos diferidos*, onde são registadas as receitas já recebidas cujos proveitos devem ser reconhecidos em anos posteriores, que se referem exclusivamente a subsídios para investimentos realizados. Nas contas de *acréscimos de custos*, que incluem os registos associados a custos a reconhecer no exercício associados a despesas de exercícios futuros, verificou-se uma redução dos valores em relação ao ano transato, com um peso inferior e insuficiente para compensar o efeito da variação das contas de *proveitos diferidos*.

As contas respeitantes a Fundos Próprios evidenciaram um aumento na ordem dos 5%, totalizando 32,279 milhões de euros. Esta variação resultou, essencialmente, do *resultado líquido do exercício* apurado, que atingiu o valor de praticamente 979 mil euros, cujo apuramento se analisa no ponto seguinte. Das restantes rubricas, refira-se que o valor do *património* registou um aumento na ordem dos 5%, como resultado dos registos relativos a

variações em alguns ativos, assim como as *reservas* que registaram também um ligeiro aumento em resultado do registo das reservas legais do ano anterior. Os *resultados transitados* viram o seu valor negativo ser ampliado, apesar da incorporação do resultado positivo do ano anterior, atendendo a que foram incluídas, nestas contas, diversos valores referentes a amortizações extraordinárias decorrentes dos trabalhos de recuperação e atualização de bens inventariados.

Quadro 17 - Balanço Resumido

Designação	2014	2013	Var. 13/14
ATIVO			
Imobilizado líquido	50.083.469,99 €	50.546.791,23 €	-0,92%
Bens de domínio público	30.151.123,17 €	33.525.190,29 €	-10,06%
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações corpóreas	16.738.420,92 €	13.932.400,47 €	20,14%
Investimentos financeiros	3.193.925,90 €	3.089.200,47 €	3,39%
Circulante	1.683.928,86 €	2.186.550,38 €	-22,99%
Existências	178.182,72 €	222.162,92 €	-19,80%
Dívidas de terceiros -c. prazo	867.365,26 €	1.323.012,68 €	-34,44%
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos em inst. financ. e caixa	638.380,88 €	641.374,78 €	-0,47%
Acréscimos e diferimentos	1.967.859,83 €	1.872.650,42 €	5,08%
Total do Ativo	53.735.258,68 €	54.605.992,03 €	-1,59%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios	32.279.136,09 €	30.630.649,16 €	5,38%
Património	35.633.180,09 €	33.316.560,39 €	6,95%
Reservas	786.200,63 €	773.511,45 €	1,64%
Resultados transitados	-5.119.061,03 €	-3.712.477,47 €	37,89%
Resultado líquido do exercício	978.816,40 €	253.054,79 €	286,80%
Passivo	21.456.122,59 €	23.975.342,87 €	-10,51%
Provisões para riscos e encargos	99.974,05 €	234.346,46 €	-57,34%
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	4.182.696,37 €	5.122.012,53 €	-18,34%
Dívidas a terceiros -c. prazo	5.375.068,14 €	7.267.745,76 €	-26,04%
Acréscimos e diferimentos	11.798.384,03 €	11.351.238,12 €	3,94%
Total de Fundos Próprios e Passivo	53.735.258,68 €	54.605.992,03 €	-1,59%

3.2. Análise da Demonstração de Resultados

Pela análise às contas que compõem a Demonstração de Resultados do município, pode confirmar-se que o valor dos *Custos e Perdas* atingiu os 13,470 milhões de euros, representando um decréscimo de perto de 6% em relação aos valores de 2010. Nos *Proveitos e Ganhos*, os respetivos montantes totalizaram 14,449 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo muito reduzido em relação ao ano transato, inferior a 1%. As variações registadas nas contas de custos e de proveitos justificaram a alteração dos resultados, com impacto significativo no resultado do exercício, cujo valor final aumentou para cerca de 979 mil euros.

Numa análise mais pormenorizada aos valores relevantes das contas de custos, pode concluir-se que os *custos e perdas operacionais* somaram 12,992 milhões de euros, registando um decréscimo de praticamente 4% em relação aos valores obtidos em 2013. Os valores obtidos resultam do conjunto de variações ocorridas nas diferentes contas que integram os *custos operacionais*, com destaque, já habitual, dos valores relativos aos *custos com pessoal* que, no ano em análise, atingiram os 6,373 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 1% em relação aos valores de 2013. Note-se que, à semelhança do que foi já referido na análise da execução orçamental relativamente a despesas da mesma natureza destes custos, os encargos com o pessoal estão associados a custos fixos e que registam ao longo dos anos pequenas variações em função das medidas impostas às remunerações ou a alterações na assunção dos diversos abonos ou de encargos sociais. A variação registada corresponde, assim, em termos absolutos, a um acréscimo de cerca de apenas 75 mil euros, resultante do efeito do aumento dos custos com encargos sociais que foi superior à redução verificada nas remunerações.

As contas relativas a *amortizações do exercício* aumentaram, em 2014, o seu peso no total de *custos e perdas operacionais*, representando 24% destes, sendo agora o segundo mais elevado logo após os *custos com pessoal*. Neste exercício, registou-se, assim, um crescimento em relação ao verificado em 2013, na ordem dos 8%, totalizando 3,124 milhões de euros, em resultado de uma depreciação mais avultada dos bens do ativo imobilizado, devido, em parte, à integração no imobilizado final de bens de valor avultado.

O montante relativo a *fornecimentos e serviços externos* destaca-se também, como é habitual, na estrutura de *Custos e Perdas* pela sua relevância, tendo atingido os 3,022 milhões de euros, valor este inferior em cerca de 3% em relação ao verificado em 2013. Note-se que estas contas integram todos os custos intermédios e de funcionamento corrente dos serviços, assumindo, por este motivo, uma importância acrescida e merecendo uma atenção reforçada, já que a sua redução, num contexto de racionalização de recursos, exige um esforço complexo que envolve todos os serviços municipais. Por estes motivos, o seu peso nas estruturas é elevado, representando cerca de 23% do conjunto dos *custos e perdas operacionais* e de cerca de 22% do total de *Custos e Perdas*.

Das restantes contas de *custos e perdas operacionais*, destacam-se ainda os valores relativos a *transferências e subsídios correntes concedidos*, que registaram uma redução de 79%, uma vez que, em 2014, não se revelou necessária a transferência para a empresa local Termalitur, relativa à cobertura do desvio ao resultado previsto no plano plurianual de equilíbrio de contas, face aos resultados positivos obtidos. Deste modo, os valores registados, de 225 mil euros, referem-se a transferências efetuadas para entidades da administração local (freguesias) ou associativas como forma de apoio aos diversos projetos desenvolvidos.

Os saldos das restantes contas de *custos operacionais* foram bastante inferiores aos das contas já abordadas, registando variações pouco significativas para a estrutura de custos no exercício. Deve, porém, destacar-se a variação registada nas contas de *custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas*, já que o seu valor aumentou muito significativamente na sequência, em grande parte, do aumento dos materiais consumidos pelo setor de administração direta.

Os *custos e perdas financeiras* atingiram um total de 139 mil euros, evidenciando um decréscimo em relação aos valores registados em 2013, como consequência, em grande parte, da diminuição do valor dos juros suportados quer de empréstimos contratados, quer de outras natureza. As contas de *custos e perdas extraordinárias* registaram também um decréscimo, mas mais relevante (45%), totalizando cerca de 339 mil euros, relativos a transferências de capital concedidas a entidades terceiras no âmbito de parcerias estabelecidas, e a custos associados a diversas correções relativas a lançamentos anteriores, entre outros de menor significado.

O desempenho já referido das contas de *Proveitos e Ganhos* resulta, principalmente, do comportamento dos *proveitos e ganhos operacionais*, que têm um peso bastante superior aos dos restantes proveitos no total, tendo somado 12,952 milhões de euros, ou seja, mais 13% do que no ano transato. Das contas englobadas nos *proveitos operacionais*, destacam-se, evidentemente, as *transferências e subsídios obtidos*, que englobam as receitas provenientes do fundo de equilíbrio financeiro, entre outras transferências obtidas de entidades terceiras. Em 2014, atingiram o montante de 7,9 milhões de euros, tendo decrescido, relativamente a 2013, aproximadamente 4%, em resultado, essencialmente, dos cortes realizados aos fundos provenientes do Orçamento de Estado que reduziram as transferências para as autarquias, mas também da redução das transferências provenientes de outras entidades. Deve referir-se que estas contas têm um peso determinante nas estruturas de *Proveitos e Ganhos*, já que representam 60% do total de *proveitos e ganhos operacionais* e cerca de 55% do total de proveitos.

As contas de *impostos e taxas* registaram também, neste ano, um aumento significativo em relação a 2013, uma vez que atingiram os 2,084 milhões de euros, ou seja, mais 16% do que no ano anterior. Note-se que, face ao desempenho positivo de alguns impostos municipais, estas contas têm vindo a assumir uma importância crescente nos proveitos do município, representando em 2014 cerca de 16% dos *proveitos e ganhos operacionais* e 14% da globalidade dos proveitos do exercício.

Em linha com o comportamento dos *impostos e taxas*, as rubricas de *vendas e prestações de serviços* têm também demonstrado uma evolução com tendência de crescimento, em resultado de uma concentração de esforços para que a cobrança de diversas tarifas relativas a fornecimento de bens e serviços ocorra de forma mais eficiente e equitativa. Neste ano registaram um aumento superior a 3%, totalizando cerca de 918 mil euros.

Por último, as contas de *outros proveitos e ganhos operacionais* registaram também um crescimento muito significativo em relação ao ano anterior, superior a 200%, totalizando cerca de 2,050 milhões de euros. Para esta variação francamente positiva contribuiu determinantemente a alteração na composição das suas contas, já que passaram a incluir proveitos que eram, até ao final de 2013, englobados em outras rubricas, designadamente em *proveitos financeiros*, como é o caso das contrapartidas da empresa local ou das

empresas que exploram os parques eólicos do concelho. De acordo com os valores obtidos, o peso destas contas na estrutura de proveitos foi reforçado, passando agora a representar cerca de 14% dos *proveitos e ganhos operacionais* e 16% do total de *Proveitos e Ganhos* do exercício.

Pelos motivos que se referiram anteriormente, os *proveitos e ganhos financeiros* sofreram uma redução quase completa, já que os acontecimentos que aqui eram englobados passaram a constar de outras contas, essencialmente relativas a *outros proveitos e ganhos operacionais*. Por outro lado, os *proveitos e ganhos extraordinários* verificaram um aumento em relação ao ano anterior, na ordem dos 4%, situando-se em 1,497 milhões de euros, em resultado de variações em ganhos diversos em imobilizações, diversas correções efetuadas e de outras receitas de carácter excecional.

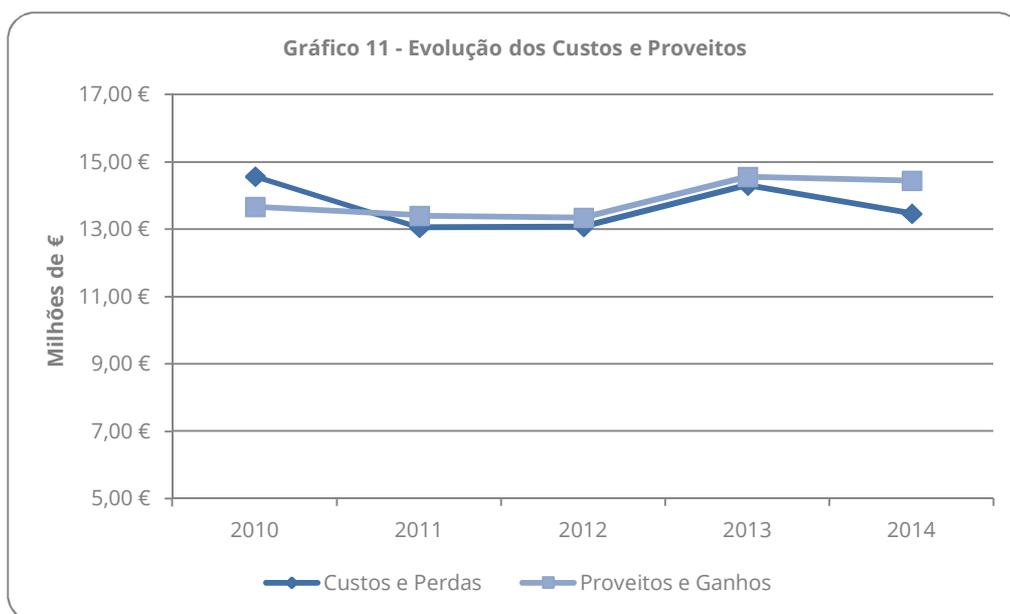
Do efeito conjunto das contas analisadas, e conforme já se referiu, apurou-se um *Resultado Líquido do Exercício* de 979 mil euros, significando uma melhoria relevante em relação ao valor obtido em 2013. Deve salientar-se ainda que, de acordo com as justificações já apresentadas, se verificou uma melhoria bastante significativa nos *Resultados Operacionais* como contrapartida de uma deterioração dos *Resultados Financeiros*, que passaram de um valor bastante positivo em 2013, para um valor negativo na ordem dos 139 mil euros.

Quadro 18 - Demonstração de Resultados Resumida

Designação	2014	2013	Var. 13/14
CUSTOS E PERDAS			
Custos e perdas operacionais	12.991.758,72 €	13.530.240,08 €	-3,98%
CMVMC	130.163,94 €	48.904,94 €	166,16%
Fornecimentos e serviços externos	3.022.071,20 €	3.111.630,47 €	-2,88%
Custos com pessoal	6.373.366,29 €	6.297.839,18 €	1,20%
Transferências e subs. conced.	225.228,58 €	1.074.522,95 €	-79,04%
Amortizações do exercício	3.124.328,73 €	2.882.217,80 €	8,40%
Provisões do exercício	38.500,00 €	61.154,70 €	-37,04%
Outros custos e perdas operacionais	78.099,98 €	53.970,04 €	44,71%
Custos e perdas financeiras	139.324,41 €	166.488,69 €	-16,32%
Custos e perdas extraordinárias	339.414,53 €	614.397,91 €	-44,76%
Total de Custos e Perdas	13.470.497,66 €	14.311.126,68 €	-5,87%

PROVEITOS E GANHOS			
Proveitos e ganhos operacionais	12.951.596,52 €	11.503.711,93 €	12,59%
Vendas e prestações de serviços	918.160,58 €	887.346,41 €	3,47%
Impostos e taxas	2.083.985,22 €	1.796.787,81 €	15,98%
Transferências e subsídios obtidos	7.899.534,62 €	8.186.210,83 €	-3,50%
Outros proveitos e ganhos oper.	2.049.916,10 €	633.366,88 €	223,65%
Proveitos e ganhos financeiros	438,96 €	1.618.378,73 €	-99,97%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.497.278,58 €	1.442.090,81 €	3,83%
Total de Proveitos e Ganhos	14.449.314,06 €	14.564.181,47 €	-0,79%
RESULTADOS			
Resultados Operacionais	-40.162,20 €	-2.026.528,15 €	-98,02%
Resultados Financeiros	-138.885,45 €	1.451.890,04 €	-109,57%
Resultados Correntes	-179.047,65 €	-574.638,11 €	-68,84%
Resultado Líquido do Exercício	978.816,40 €	253.054,79 €	286,80%

Em linha com o relato efetuado, a análise da evolução dos custos e proveitos nos últimos 5 exercícios, conforme se pode acompanhar pelo gráfico apresentado a seguir, permite concluir que, desde 2011 os *Proveitos e Ganhos* têm sido superiores aos *Custos e Perdas*, originando resultados positivos, ainda que de significado relativamente reduzido, quando comparados com o valor de 2014, que registou uma diferença mais substancial e um resultado mais consistente.



3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Em complemento à análise efetuada nos pontos anteriores, apresenta-se um conjunto de indicadores de base patrimonial que se consideram relevantes para a análise económica e financeira das autarquias, resultantes da adaptação de rácios utilizados para o sector empresarial, permitindo extrair algumas conclusões sobre a evolução da situação económica e financeira ao longo dos últimos 5 exercícios.

Quadro 19 - Evolução dos Rácios Económico-Financeiros

Designação	Rácio	2010	2011	2012	2013	2014
Coefficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	119%	125%	134%	128%	150%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Total	54%	55%	57%	56%	60%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	18%	12%	16%	30%	31%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Ativo Total	10%	9%	7%	9%	8%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	29%	28%	25%	23%	18%

Dos resultados obtidos nos indicadores apresentados pode concluir-se o seguinte:

- O coeficiente de solvabilidade aumentou significativamente em relação ao ano anterior, situando-se no nível mais elevado do horizonte de análise, o que significa que o município reforçou a sua capacidade para, com os seus próprios meios, satisfazer todos os compromissos assumidos, reduzindo a dependência dos seus credores;
- A autonomia financeira também melhorou em relação aos últimos exercícios, demonstrando que os fundos próprios cobrem uma parte mais significativa do valor dos seus investimentos e das suas aplicações, reduzindo-se o nível de exposição a capitais externos;
- A liquidez geral manteve a tendência de crescimento verificada desde 2012, revelando que uma maior proporção do seu passivo exigível a curto prazo pode ser suportada pelos seus ativos mais líquidos;
- O grau de dependência do médio/longo prazo decresceu para níveis próximos dos alcançados em períodos imediatamente anteriores à obtenção do financiamento do PAEL, confirmando o que se referiu em pontos anteriores sobre recuperação da situação de reduzida dependência dos financiamentos de médio/longo prazos como forma de financiamento dos investimentos efetuados e dos meios obtidos;
- O nível de endividamento decresceu para o nível mais baixo desde 2010, evidenciando o reduzido peso das dívidas a terceiros para a estrutura económica e patrimonial do município.

3.4. Dívida Municipal

Na sequência da conjuntura restritiva e do ambiente de crise já amplamente referido ao longo do presente relatório, que levaram à adesão do país ao programa de assistência económica e financeira, foram adotadas diversas medidas e algumas reformas no setor público com o objetivo principal de aumentar a transparência e o controlo financeiro das entidades da administração pública. Quer através da denominada Reforma da

Administração Local, quer através de medidas específicas dirigidas às entidades do setor local, forma definidos novos princípios que visaram a prevenção dos desequilíbrios financeiros e a recuperação da autonomia e da estabilidade financeira, das quais se destaca o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Este novo enquadramento associado às fortes limitações relativas à obtenção de financiamento externo, em resultado das exigências impostas ao setor bancário, obrigou as autarquias locais a criar e aplicar critérios de seletividade nas escolhas e opções políticas, procurando, por um lado, manter o nível e a abrangência da sua atuação pública local tendo em conta as dificuldades acrescidas dos agentes económicos e das famílias, e, por outro, otimizar a execução de projetos de investimento público e de oferta de bens e serviços face às dificuldades de financiamento referidas e às exigências orçamentais e financeiras.

Este novo quadro restritivo e a crescente preocupação com os paradigmas associados à estabilidade financeira e à contribuição para a consolidação orçamental exigida, face à responsabilidade com que foram encaradas, tiveram um impacto imediato e significativo na situação dos municípios portugueses. Desde 2010 que estas autarquias estão a reduzir progressivamente o seu nível de endividamento, tendo a dívida global municipal caído mais de 1,5 mil milhões de euros em 3 anos, num cenário de diminuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado e das receitas de alguns impostos municipais relevantes. Mesmo em 2013, que foi ano de eleições autárquicas, essa tendência foi mantida, contrariando a antiga tese de que os municípios eram responsáveis por grande parte do descontrolo financeiro nacional. Esta redução verificou-se também ao nível dos prazos médios de pagamento, reconhecendo-se o esforço na contenção e no incremento do rigor na gestão.

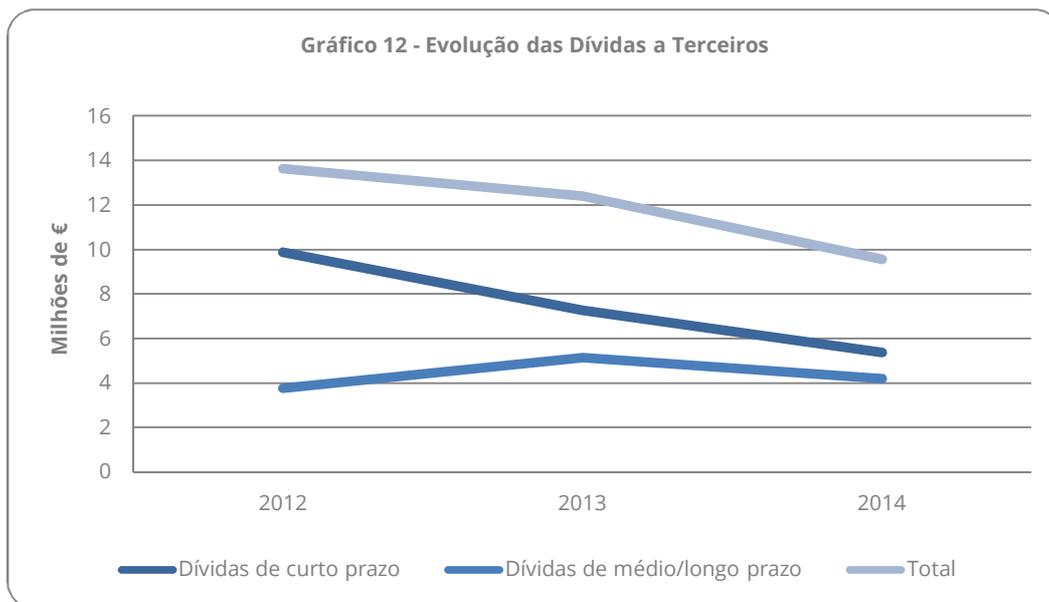
Em linha com a tendência demonstrada, o executivo do Município de S. Pedro do Sul procurou adequar a atividade municipal aos recursos disponíveis. Procurou garantir a execução das políticas que considerou essenciais e, ao mesmo tempo, reduzir os níveis da dívida, de forma a eliminar o risco de desequilíbrio e incumprimento dos critérios legais, minimizando os constrangimentos que as dívidas impõem às diversas entidades com quem se relaciona. Neste sentido, no final de 2014, a dívida municipal totalizava 9,558 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de cerca de 23% em relação aos valores

de 2013. Do montante total, cerca de 56%, ou seja, 5,375 milhões de euros referem-se a dívidas de curto prazo, nas quais se inclui a parcela de dívida empréstimos de médio e longo prazo a pagar no horizonte de 1 ano, enquanto que 44%, isto é, 4,183 milhões de euros, dizem respeito a dívidas de médio e longo prazo referentes unicamente a financiamentos contratados com instituições de crédito.

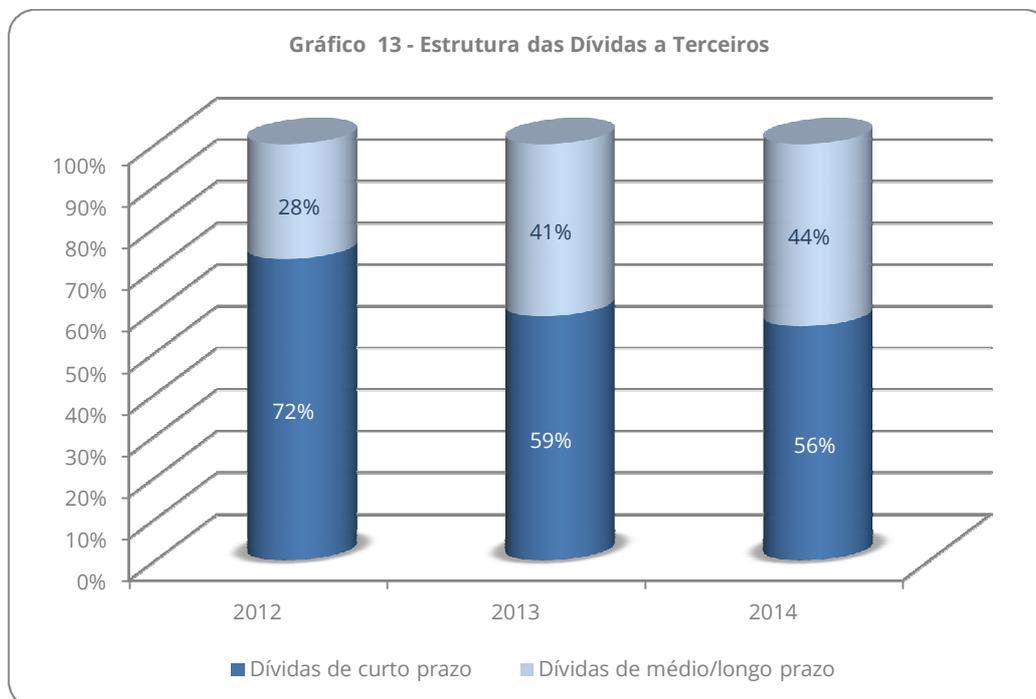
Quadro 20 - Evolução das Dívidas a Terceiros

Designação	2012	2013	2014
Dívidas de curto prazo	9.864.298,30 €	7.271.430,81 €	5.375.068,14 €
Dívidas de médio/longo prazo	3.761.644,23 €	5.122.012,53 €	4.182.696,37 €
Total	13.625.942,53 €	12.393.443,34 €	9.557.764,51 €

Sendo o passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira, importa observar o seu comportamento ao longo dos últimos exercícios. As dívidas de curto prazo mantiveram, desde 2012, uma trajetória descecente regular, registando um decréscimo anual praticamente constante, na ordem dos 26%, enquanto que as dívidas de médio longo prazo registaram um decréscimo de cerca de 18% em 2014, depois de terem aumentado cerca de 36% em 2013, como efeito do recebimento das verbas relativas ao financiamento do PAEL. Recorde-se que este financiamento teve como objetivo a consolidação de uma parcela significativa das dívidas de curto prazo, que foi substituída por dívida de longo prazo, justificando as variações ocorridas em 2013. Por este motivo, o decréscimo da dívida registado em 2014 merece um destaque acrescido, já que foi conseguido sem recurso a qualquer medida pontual de financiamento.



Os diferentes ritmos de evolução das dívidas nas distintas maturidades têm alterado o seu peso ou distribuição na dívida total do município, verificando-se uma diminuição do peso das dívidas de curto prazo face à sua diminuição constante, por contrapartida do aumento do peso das dívidas de médio/longo prazos conforme se evidencia no gráfico seguinte.



3.5. Limites ao Endividamento

No âmbito da reforma do setor público local na área financeira, e muito por exigência dos compromissos assumidos junto dos credores internacionais, foi aprovada em 2013 a Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, vulgarmente designada de Lei das Finanças Locais. Este novo regime, que entrou em vigor no início de 2014, pretende intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro, passando a incluir um conjunto de princípios constantes na Lei de Enquadramento Orçamental, para além de introduzir uma série de normas e alterações relevantes relativas aos impostos municipais, às transferências provenientes do Orçamento de Estado, ao regime de crédito das autarquias e ao seu endividamento.

No capítulo do endividamento em especial, este novo regime passou a estabelecer novos limites para a contração de dívida orçamental, de qualquer natureza, acabando com as exceções na contratação de empréstimos vigentes na anterior lei das finanças locais, passando a considerar, para aferição dos limites, também a dívida das entidades participadas pelos municípios na correspondente proporção de participação. Com a criação do conceito de dívida total assente nesta alteração e com a introdução de novos critérios subjacentes, a consolidação de contas dos municípios passou a ter uma relevância acrescida e as entidades pertencentes ao grupo municipal passaram a ter uma influência direta no equilíbrio financeiro das autarquias.

Com base nestes conceitos, importa analisar o enquadramento do município nos novos limites estabelecidos e tirar conclusões sobre o seu cumprimento e sobre posição da situação financeira atual no quadro estabelecido legalmente. Assim, tal como foi referido, a Lei n.º 73/2013 estabelece, no seu artigo 52.º o seguinte:

- A dívida total de operações orçamentais de cada município, incluindo a das entidades participadas (previstas no artigo 54.º), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos

municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com estes conceitos, e recorrendo a dados provisórios relativamente à contribuição das entidades participadas, a situação do Município de S. Pedro do Sul face ao limite da dívida total no final do exercício de 2014, era a seguinte:

Quadro 21 - Situação face ao Limite da Dívida Total

Designação	2014
Limite	15.582.532,21 €
Endividamento Relevante:	
<i>Município</i>	9.130.657,42 €
<i>Entidades participadas*</i>	659.579,59 €
Total	9.790.237,01 €
Margem	5.792.295,20 €

* Valores provisórios

Face aos dados apurados, pode confirmar-se aquilo que vem sendo referido ao longo do relatório, ou seja, mesmo num ambiente económico de incerteza, este município conseguiu, ao longo do exercício, manter e acelerar a trajetória descendente da dívida municipal. A dívida de operações orçamentais do município, em termos individuais, situa-se em cerca de 9,131 milhões de euros, à qual acresce a parte da dívida das entidades participadas que releva para o conceito da dívida total (dados provisórios), no montante de cerca de 660 mil euros. A dívida total municipal, na ótica de grupo, para os efeitos previstos no art. 52.º da Lei n.º 73/2013, é de 9,790 milhões de euros, ficando bastante abaixo do limite, estipulado em 15,583 milhões de euros.

Importa ainda referir que o novo regime financeiro criou mecanismos de recuperação financeira aplicáveis às entidades que violem os limites acima referidos. Estes mecanismos estão definidos nos artigos 57.º e seguintes, e resumem-se nos seguintes termos:

- Sempre que os municípios ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada), ou montante da dívida,

excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, devem recorrer a um empréstimo para saneamento financeiro, de acordo com os artigos 58.º e 59.º do referido regime;

- Caso a respetiva dívida total prevista no artigo 52.º se situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, os municípios são obrigados a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto nos artigos 61.º e seguintes;
- Os municípios são obrigados a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontrem em situação de rutura financeira, ou seja, sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Quadro 22 - Limiares dos Mecanismos de Recuperação Financeira

Média da receita corrente líquida cobrada (últimos 3 exer.)			
100%	150%	225%	300%
10.388.354,80 €	15.582.532,21 €	23.373.798,31 €	31.165.064,41 €

Para além destes critérios aplicáveis aos municípios que violem os limites da dívida total, este regime possibilita ainda, aos municípios cuja dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o recurso a um empréstimo de saneamento financeiro tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. Esta adesão é facultativa, já que as autarquias que se enquadrem nesta situação não estão a violar o limite anteriormente referido. De acordo com os dados disponíveis, a dívida total do Município de S. Pedro do Sul corresponde a 94% da média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, não se enquadrando, assim, em qualquer mecanismo de recuperação financeira.

3.6. Análise dos Custos por Função

Desde meados da década de 80 que se assistiu a um conjunto de reformas na Administração Pública que trouxeram novas filosofias, práticas e ferramentas de gestão, incluindo de gestão financeira, semelhantes às do setor privado. Os novos métodos de gestão pública ficaram marcadas, a nível financeiro e contabilístico, pela Lei de Bases da Contabilidade Pública e, mais tarde, pela aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública. A adoção deste plano e dos seus conceitos à realidade da administração local deu origem à aprovação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

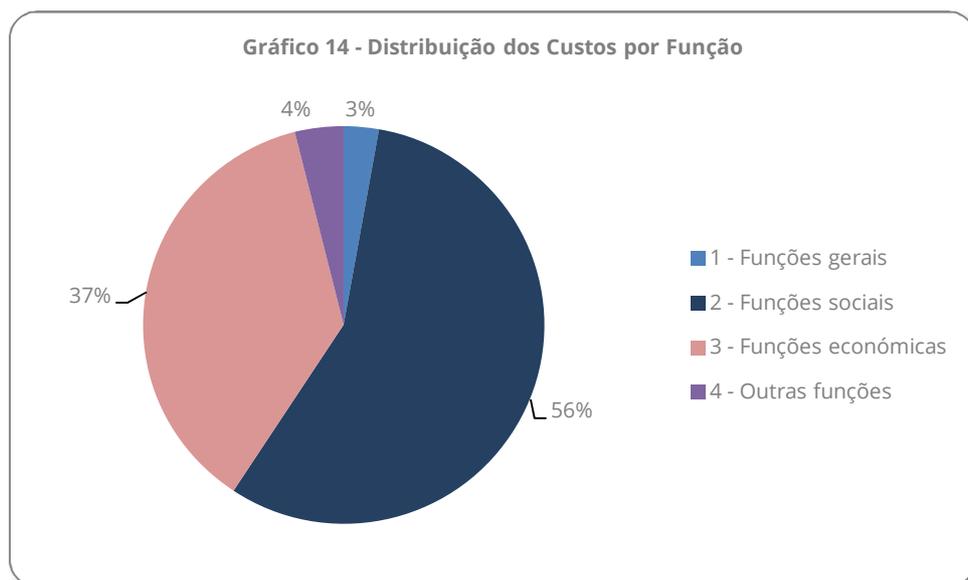
Uma das inovações do POCAL, para além do subsistema financeiro e patrimonial assente na base do acréscimo e a funcionar em paralelo com o subsistema orçamental, foi o subsistema de Contabilidade de Custos, totalmente integrado com os restantes subsistemas constituindo-se como um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias. Este subsistema veio permitir o apuramento de um conjunto relevante de informação financeira com base na determinação dos custos por função, por bem ou serviço, para além de um apuramento por centro de responsabilidade, que pode divergir dos critérios referidos anteriormente.

O Município de S. Pedro adaptou a sua estrutura para, a partir de 2008, adotar sem limitações a Contabilidade de Custos, passando, desde essa data, a possuir um sistema de recolha de informação permanente que permite o apuramento detalhado dos custos, e também dos proveitos, com base nas regras definidas, associados ao conjunto de bens e serviços que presta ou produz. Este sistema baseia-se em informação recolhida nos diversos serviços municipais, assumindo uma significativa complexidade e exigindo uma adaptação constante às alterações introduzidas na sua matriz de funcionamento interno.

Com base neste sistema, são periodicamente apurados e trabalhados os dados suficientes para elaboração dos mapas definidos no POCAL. A informação constante nestes mapas reveste-se de extrema relevância e utilidade para o processo de tomada de decisões relacionadas com os impactos e resultados da atividade municipal. Para uma análise sobre o apuramento dos custos da atividade por funções, apresenta-se, a seguir, um quadro resumo com os valores totais finais apurados relativos ao exercício de 2014:

Quadro 23 - Custos por Função

Função	2014		2013		Var. 13/14
	Valor	Peso	Valor	Peso	
1 - Funções gerais	359.846,74 €	2,81%	305.204,01 €	2,28%	17,90%
111 - Administração geral	249.971,41 €	1,95%	226.295,54 €	1,69%	10,46%
121 - Proteção civil e luta contra incêndios	109.875,33 €	0,86%	78.908,47 €	0,59%	39,24%
2 - Funções sociais	7.233.729,75 €	56,50%	8.025.780,06 €	59,99%	-9,87%
211 - Ensino não superior	579.028,81 €	4,52%	420.198,55 €	3,14%	37,80%
212 - Serviços auxiliares de ensino	1.518.843,48 €	11,86%	1.704.817,49 €	12,74%	-10,91%
221 - Serviços individuais de saúde	176.303,78 €	1,38%	1.033.168,28 €	7,72%	-82,94%
231 - Segurança social	9.934,62 €	0,08%	11.578,63 €	0,09%	-14,20%
232 - Ação social	360.091,66 €	2,81%	348.332,23 €	2,60%	3,38%
241 - Habitação	108.017,99 €	0,84%	99.505,00 €	0,74%	8,56%
242 - Ordenamento do território	498.532,68 €	3,89%	413.584,52 €	3,09%	20,54%
243 - Saneamento	464.631,57 €	3,63%	437.846,71 €	3,27%	6,12%
244 - Abastecimento de água	696.100,93 €	5,44%	687.293,98 €	5,14%	1,28%
245 - Resíduos sólidos	600.099,13 €	4,69%	575.032,94 €	4,30%	4,36%
246 - Proteção meio ambiente e c. natureza	731.375,12 €	5,71%	737.433,13 €	5,51%	-0,82%
251 - Cultura	393.425,61 €	3,07%	445.822,41 €	3,33%	-11,75%
252 - Desporto, recreio e lazer	1.062.049,73 €	8,29%	1.070.740,84 €	8,00%	-0,81%
253 - Outras atividades cívicas e religiosas	35.294,64 €	0,28%	40.425,35 €	0,30%	-12,69%
3 - Funções económicas	4.706.258,87 €	36,76%	4.553.257,08 €	34,03%	3,36%
310 - Agricultura, pecuária, s., caça e pesca	250.208,90 €	1,95%	268.918,62 €	2,01%	-6,96%
320 - Indústria e energia	931.270,48 €	7,27%	880.270,81 €	6,58%	5,79%
331 - Transportes rodoviários	3.445.590,05 €	26,91%	3.343.603,63 €	24,99%	3,05%
341 - Mercados e feiras	26.386,50 €	0,21%	17.855,21 €	0,13%	47,78%
342 - Turismo	52.802,94 €	0,41%	42.608,81 €	0,32%	23,92%
4 - Outras funções	504.092,11 €	3,94%	494.749,94 €	3,70%	1,89%
410 - Operações da dívida autárquica	146.392,38 €	1,14%	163.842,84 €	1,22%	-10,65%
420 - Transferências entre administrações	116.558,97 €	0,91%	124.097,81 €	0,93%	-6,07%
430 - Diversas não especificadas	241.140,76 €	1,88%	206.809,29 €	1,55%	16,60%
Totais	12.803.927,47 €	100,00%	13.378.991,09 €	100,00%	-4,30%



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2014, no valor de 978.816,40 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Transferência para a conta 59 - *Resultados transitados*;
- Reforço da conta 51 - *Reservas Legais*, pelo valor de 48.940,82 euros, correspondente a 5% do valor do resultado líquido do exercício.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício, verificaram-se os seguintes factos relevantes para a gestão do município:

- Foi publicada a Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que altera a Lei n.º 8/2012, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e introduz algumas alterações relevantes nas regras anteriormente aplicáveis e nos deveres de informação;
- Foi publicada Nota Explicativa do Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) relativa à contabilização da contribuição dos municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Esta nota sugere um enquadramento para os registos contabilísticos do referido investimento financeiro, destacando-se o reconhecimento, na contabilidade patrimonial, ainda nas contas de 2014, da participação com impacto no imobilizado e no passivo dos municípios. Atendendo à data de publicação desta nota e da comunicação da DGAL na qual alertava, entre outros assuntos, para a aplicação da mesma, não foi possível efetuar os registos sugeridos atempadamente, já que os trabalhos de encerramento das contas envolvidas estavam já terminados. Por este motivo, os mencionados registos serão efetuados nas contas do exercício em curso.

6. ANEXOS

6.1 Execução do Programa de Apoio à Economia Local

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local, apresentam-se os dados relativos à execução deste programa, com referência a 31/12/2014.

Caracterização do Financiamento:

Montante contratado: 2.873.608,73 €

Montante utilizado: 2.850.608,73 €

Prazo: 14 anos

Data de Visto: 26/02/2013

Data de recebimento dos desembolsos: 27/03/2013 e 25/07/2013

Mapas de Acompanhamento:

A execução do plano de ajustamento financeiro aprovado no âmbito do PAEL, é demonstrada nos mapas apresentados nas páginas seguintes, de acordo com os modelos criados para o acompanhamento anual da DGAL, com a informação referente ao final do exercício de 2014.

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2014			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	240.589,41	131.074,08	-109.515,33	As observações e justificações relativas às variações dos agregados que compõem este mapa são apresentadas nos quadros III e IV, nas respetivas rubricas orçamentais /patrimoniais.
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	1.800,50	1.800,50	
A3. Receita efetiva	14.196.758,04	15.885.674,01	1.688.915,97	
A3.1. Receita corrente	10.835.772,04	13.025.650,40	2.189.878,36	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	3.360.986,00	2.860.023,61	-500.962,39	
... da qual				
A3.2.1. Venda de bens de investimento	152.600,00	362.136,50	209.536,50	
A4. Despesa efetiva	12.082.892,24	14.542.802,64	2.459.910,40	
A4.1. Correntes	10.396.348,97	10.823.003,13	426.654,16	
... das quais				
A4.1.1. Juros	560.707,12	285.865,37	-274.841,75	
a. Resultantes do PAEL	133.490,36	64.206,75	-69.283,61	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	296.620,45	31.556,81	-265.063,64	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	130.596,31	190.101,81	59.505,50	
A4.1.2. Despesas com pessoal	5.845.191,01	6.319.476,81	474.285,80	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	1.686.543,27	3.719.799,51	2.033.256,24	
A5. Saldo global	2.113.865,80	1.342.871,37	-770.994,43	
A5.1. Saldo corrente	439.423,07	2.202.647,27	1.763.224,20	
A5.2. Saldo de capital	1.674.442,73	-859.775,90	-2.534.218,63	
A6. Saldo primário	2.674.572,92	1.628.736,74	-1.045.836,18	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	0,00	0,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-2.062.102,03	-1.264.472,16	797.629,87	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	729.436,03	729.436,03	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	2.062.102,03	1.993.908,19	-68.193,84	
a. Resultantes do PAEL	194.349,24	205.834,70	11.485,46	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.167.752,79	1.088.073,49	-79.679,30	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	700.000,00	700.000,00	0,00	
A9. Receita total	14.196.758,04	16.616.910,54	2.420.152,50	
A10. Despesa total	14.144.994,27	16.536.710,83	2.391.716,56	
A11. Saldo para a gerência seguinte	292.353,18	211.273,79	-81.079,39	
A12. Serviço da dívida	2.622.809,15	2.279.773,56	-343.035,59	
A13. Endividamento total	11.572.457,32	9.583.545,84	-1.988.911,48	
A13.1 Bancário	7.025.311,32	5.231.612,37	-1.793.698,95	
A13.1.1 Médio e longo prazo	5.228.339,48	4.182.676,37	-1.045.663,11	
a. Resultante do PAEL	2.867.875,93	2.264.181,76	-603.694,17	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	2.360.463,55	1.918.494,61	-441.968,94	
A13.1.2 Curto prazo	1.796.971,84	1.048.936,00	-748.035,84	
A13.2 Fornecedores	2.634.198,00	3.417.350,38	783.152,38	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	1.912.948,00	934.583,09	-978.364,91	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	190	115	-75	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respectivas)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2014		2014			
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	423.059,57	59.228,34	14%	204.472,50	145.244,16	Deliberação da Câmara Municipal n.º 585/14 (22/12/2014)- Transição da gestão dos sistemas de Abastecimento de Água para a esfera do Município.	
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-04-2013	1.731.887,46	43.121,01	2%	96.770,82	53.649,81		
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita								
3.1 Rentabilização do património municipal	01-01-2013	12.209,75	150.000,00	1229%	349.926,75	199.926,75	Alienação de diverso património imobiliário do Município não necessário para a sua atividade, nomeadamente, escolas desativadas, lotes industriais, diversos prédios rurais para atividades agrícolas, florestais, entre outros.	
Total Aumento de receita (B.1)		2.167.156,78	252.349,35	12%	651.170,07	398.820,72		
B.2 Redução da despesa								
4. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01-01-2013	1.196.496,58	119.649,70	10%	17.794,84	-10.1854,86	Celebração de contrato de aluguer de equipamentos multifunções e centralização de recursos de cópia e impressão, com definição de limites; Implementação de nova ferramenta de gestão documental com vista à eliminação de custos administrativos; Redução do valor de diversos contratos de aquisição de bens e serviços, nomeadamente, assistências técnicas, refeições escolares, transportes.	Impacto inferior ao previsto devido à reformulação de atividades em diversas áreas e funcionamento de novos equipamentos, com impacto nas aquisições de bens e serviços contratados, nomeadamente, abertura de centro escolar, entre outros.
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa								
5.1 Incremento da eficiência e otimização do sistema de iluminação pública	01-01-2013	513.496,45	77.024,47	15%	-91.922,49	-168.946,96	Otimização da rede de iluminação pública através da desativação de vários pontos de iluminação. Submissão de nova candidatura relativa a Eficiência Energética, com vista à adoção de medidas de redução e limitação de custos (Aquisição de eq. Led e relógios de controlo remoto).	Impacto influenciado pelos aumentos tarifários e pelas dificuldades na implementação de medidas de eficiência energética.
5.2 Redução das despesas relativas a contratação de serviços especializados e formação	01-01-2013	63.060,00	5.044,80	8%	-113.18,21	-16.363,01	Redução do valor de diversos contratos de serviços especializados; Despacho de 17/02/2014, relativo à limitação de participação em ações de formação e de pagamento de ajudas de custo.	Impacto influenciado por contratação de serviços externos necessários à implementação de novos projetos em áreas prioritárias.
5.3 Redução dos encargos com horas extraordinárias e ajudas de custo	01-01-2013	89.865,81	8.986,58	10%	17.237,35	8.250,77	Despacho de 09/05/2014, relativo à aplicação de jornada contínua com vista à redução de diversos custos nas equipas de exterior, nomeadamente, ajudas de custo e horas extraordinárias.	
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		1.862.918,84	210.705,55	11%	-68.208,51	-278.914,06		
B.3 Outras medidas								
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)	01-10-2012	-134.593,50	0,00	0%	-12.523,19	-12.523,19		
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)	01-01-2013	-140.580,36	-70.290,18	50%	0,00	70.290,18	Verificou-se o encerramento/arquivamento de diversos processos pendentes sem qualquer impacto financeiro para o Município.	
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		-275.173,86	-70.290,18	26%	-12.523,19	57.766,99		
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)		3.754.901,76	392.764,72	10%	570.438,37	177.673,65	Apesar dos desvios consideráveis em algumas medidas, o impacto total positivo foi superior ao previsto.	

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	2014			
Receitas correntes	10.835.772,04	13.025.650,40	-2.189.878,36	
Impostos directos	1.792.213,75	1.898.947,84	-106.734,09	
IMI	1.092.282,41	1.319.166,48	-226.884,07	
IMI	244.578,28	197.138,42	47.439,86	
Derrama	172.573,39	67.676,14	104.897,25	
Outros	282.779,67	314.966,80	-32.187,13	
Impostos indirectos	17.823,47	16.969,01	854,46	Variação decorrente da diminuição de processos que originam receitas desta natureza.
Taxas, multas e outras penalidades	215.499,83	226.186,61	-10.686,78	
Taxas	201.608,27	197.126,07	4.482,20	
Multas	13.891,56	29.060,54	-15.168,98	
Rendimentos da propriedade	1.571.927,16	2.563.315,18	-991.388,02	
Transferências correntes	5.447.745,07	7.323.892,75	-1.876.147,68	
Venda de bens e serviços correntes	1.761.471,42	963.739,88	797.731,54	
Venda de bens	289.058,97	238.243,05	50.815,92	Verificou-se uma oscilação decorrente de menor consumo dos agentes económicos.
Serviços	705.521,77	714.770,43	-9.248,66	
Rendas	766.890,68	10.726,40	756.164,28	A diferença registada deve-se a alteração na classificação da renda de concessão de rede de energia elétrica que passou a ser enquadrada no capítulo 05 - rendimentos de propriedade.
Outras receitas correntes	29.091,34	32.599,13	-3.507,79	
Receitas de capital	3.360.986,00	3.589.459,64	-228.473,64	
Venda de bens de investimento	152.600,00	362.136,50	-209.536,50	
Terrenos	75.000,00	112.710,00	-37.710,00	
Habitacões	0,00	62.220,00	-62.220,00	
Edifícios	75.000,00	185.532,50	-110.532,50	
Outros bens de investimento	2.600,00	1.674,00	926,00	
Transferências de capital	3.208.386,00	2.497.887,11	710.498,89	A diferença registada deve-se a alteração da distribuição do FEF entre a natureza corrente e de capital.
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.808.386,00	681.629,00	2.126.757,00	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	729.436,03	-729.436,03	
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	1.800,50	-1.800,50	
Total receita	14.196.758,04	16.616.910,54	-2.420.152,50	
Receitas correntes	10.835.772,04	13.025.650,40	-2.189.878,36	
Receitas de capital	3.360.986,00	3.589.459,64	-228.473,64	
Despesas correntes	10.396.348,97	10.823.003,13	-426.654,16	
Despesas com o pessoal	5.845.191,01	6.319.476,81	-474.285,80	A variação positiva resulta de uma redução nas despesas com pessoal inferior à prevista e às alterações verificadas nas reduções remuneratórias ao longo de 2014.
Remunerações certas e permanentes	4.533.759,50	4.760.300,85	-226.541,35	
Abonos variáveis ou eventuais	172.207,71	179.620,38	-7.412,67	
Segurança social	1.139.223,81	1.379.555,58	-240.331,77	
Aquisição de bens e serviços	3.569.633,21	3.128.630,28	441.002,93	
Aquisição de bens	769.913,99	715.390,05	54.523,94	
Aquisição de serviços	2.799.719,22	2.413.240,23	386.478,99	
Juros e outros encargos	560.707,12	285.865,37	274.841,75	Desvio resultante da diminuição das taxas de referência relevantes para apuramento das taxas de juro nominais.
Resultantes do PAEL	133.490,36	64.206,75	69.283,61	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	296.620,45	31.556,81	265.063,64	

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO					
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2014	Desvio	Observação / Justificação
	2014				
Dívida de Curto prazo	6.344.118		5.375.068	-969.050	
Empréstimos de CP	700.000		0	-700.000	O montante total das dívidas de curto prazo foi bastante inferior ao previsto, porém, atendendo às alterações impostas pelo art. 50.º da Lei n.º 73/2013, o empréstimo de curto prazo foi liquidado na totalidade, antes do final do exercício, tendo como consequência o aumento das dívidas a fornecedores. .
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	1.096.972		1.048.916,00	-48.056	
Outra	4.547.146		4.326.152,14	-220.994	
Fornecedores c/c	1.192.158		2.534.828,65	1.342.671	
Fornecedores de imobilizado c/c	1.442.040		868.950,01	-573.090	
Estado e Outros Entes Públicos	62.478		62.089,83	-388	
Clientes, contribuintes e utentes	0		0,00	0	
Administração autárquica	145.224		61.136,16	-84.088	
Outros credores	1.705.246		799.147,49	-906.099	
Subtotal Curto prazo	6.344.118		5.375.068,14	-969.050	
Dívida de Médio e longo prazo	5.228.339		4.182.696	-1.045.643	
Empréstimos	5.228.339		4.182.696,37	-1.045.643	O montante total das dívidas de médio e longo prazos foi inferior ao previsto no PAF.
No âmbito do PAEL	2.867.876		2.264.181,76	-603.694	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	2.360.464		1.918.514,61	-441.949	
Outra	0		0,00	0	
Fornecedores c/c	0		0,00	0	
Fornecedores de imobilizado c/c	0		0,00	0	
Estado e Outros Entes Públicos	0		0,00	0	
Clientes, contribuintes e utentes	0		0,00	0	
Administração autárquica	0		0,00	0	
Outros credores	0		0,00	0	
Subtotal Médio e longo prazo	5.228.339		4.182.696,37	-1.045.643	
Total da dívida	11.572.457		9.557.764,51	-2.014.693	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	341.036		427.107,09	86.071	
Total da dívida de natureza orçamental	11.231.421		9.130.657,42	-2.100.764	

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP						
Descrição	Valores candidatura		2014		Desvio	
	2014		Valores Executados			
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP						
No âmbito do PAEL	194.349	133.490	205.834,70	64.206,75	11.485,46	-69.283,61
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1.167.753	296.620	1.088.073,49	31.556,81	-79.679,30	-265.063,64
Total	1.362.102	430.111	1.293.908,19	95.763,56	-68.193,84	-334.347,25